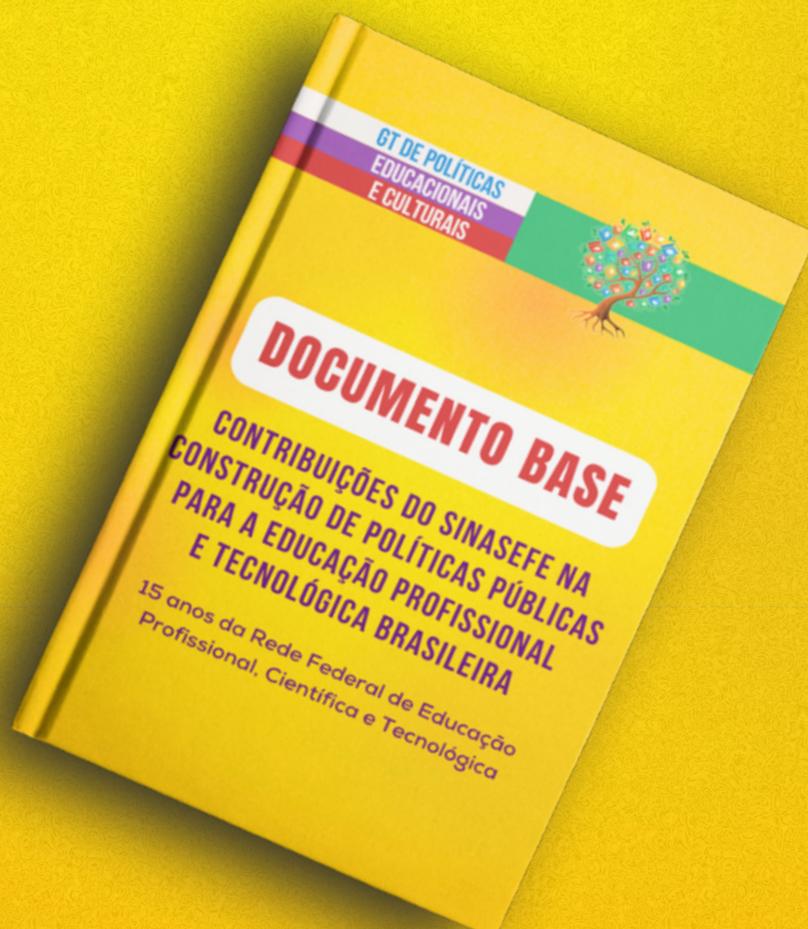


**GT DE POLÍTICAS  
EDUCACIONAIS  
E CULTURAIS**



**DESTAQUES  
DAS SEÇÕES SINDICAIS  
PARA DEBATE NO  
35<sup>o</sup> CONSINASEFE**



# SUMÁRIO

Destaques da Seção CMRJ	3-4
Destaques da Seção IFFluminense	5-10
Destaques da Seção IF Sergipe	11- 17
Destaques da Seção IFSul	18-55
Destaques da Seção Rio do Sul	56-74
Destaques da Seção Sta Rosa do Sul	75-87
Destaques da Seção Sindscope	88- 91
Destaques da Seção Sintietfal	92-113

SUGESTÕES DE DESTAQUES DO GRUPO DE TRABALHO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS E  
CULTURAIS

SEÇÃO SINDICAL DO COLÉGIO MILITAR DO RIO DE JANEIRO

Os destaques sugeridos referem-se ao **eixo 12 – Acesso, Permanência e Êxito**.

Destaque 1) Sugere-se que o **parágrafo 6 seja alterado** para:

“O binômio acesso-permanência se refere ao processo de ingresso, ou seja quais as políticas e ações que estão sendo pensadas e implementadas para garantir que todos (as) possam ingressar em instituições públicas, inclusive aos níveis mais escolarizados de educação, tais como: graduação e pós-graduação, assim como se refere às políticas e ações necessárias para garantir a permanência destes (as) nas instituições públicas, considerando os processos desiguais e excludentes pelos quais os segmentos das classes menos favorecidas são expostos ao longo de sua vidas, dificultando ou mesmo impedindo o acesso à política de educação. Para esses segmentos mais desfavorecidos que historicamente tiveram o direito à educação cerceado, a garantia do acesso não garante a permanência, reforçando assim que para viabilizar o caráter universal, público e socialmente referenciado o binômio acesso e permanência deve ser considerado e pensado de forma articulada.”

Destaque 2) Sugere-se que o **parágrafo 7 seja alterado** para:

“Importante mencionar também, que esta demanda por acesso e permanência é uma reivindicação histórica do movimento estudantil, que desde o início do século XX vem lutando pela universalização da educação, assim como pela garantia de condições de permanência.”

Destaque 3) Sugere-se **incluir após o parágrafo 9** o seguinte texto:

“Por outro lado, cabe destacar a situação específica das escolas de Educação Básica do sistema federal de ensino vinculadas ao Ministério da Defesa, como é o caso das unidades do Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB) e da Fundação Osório, administradas pelo Exército Brasileiro. Menos de 10% dos alunos da rede do SCMB acessa suas vagas pelo sistema meritocrático de pontuação adquirida em concurso aberto a ampla concorrência, mesmo com todos os problemas advindos de tal forma de acesso. A maioria absoluta das vagas é restrita a dependentes de servidores militares. Quando um militar é transferido de cidade, caso seu novo destino tenha colégio pertencente ao SCMB, seus dependentes têm acesso automático às vagas da instituição. As vagas remanescentes são preenchidas com sorteios abertos

somente a dependentes de militares das diferentes forças de segurança, incluindo as forças policiais dos Estados. No caso da Fundação Osório, as vagas são manejadas via sorteio. Entretanto, o preenchimento de vagas remanescentes obedece a critérios que favorecem servidores militares, sendo a comunidade civil deixada por último na lista de prioridades, fato documentado por portaria interna. Como argumentado em tese apresentada no 34º CONSI-NASEFE, trata-se, portanto, de instituições mantidas pelo erário público que não oferecem seus serviços ao todo da população, mas apenas a uma parcela, comportando-se como instituições privadas. No caso de instituições de ensino básico que formam tropa, como a EPCAR e o Colégio Naval, para citar alguns exemplos, o acesso se dá por concurso público, que favorece candidatos que têm a possibilidade de pagar por cursos preparatórios e/ou se dedicar integralmente a tais certames.”

Destaque 4) Sugere-se **incluir após o parágrafo J** o seguinte texto:

“Buscar pressionar os poderes executivo, legislativo e judiciário a garantir que as vagas das instituições de ensino básico administradas pelo Ministério da Defesa sejam disponibilizadas a todo o público, não sendo reservadas a dependentes de servidores militares”.

Destaque 5) Sugere-se **incluir após o parágrafo 29** o seguinte texto:

“Também em relação à permanência, cabem algumas observações quanto ao funcionamento atípico das escolas ligadas ao Ministério da Defesa se comparadas a outras instituições de ensino da rede federal. Embora a evasão escolar não pareça ser um fator de preocupação nessas escolas (até pelo seu público diferenciado, como explicitado anteriormente no tópico sobre acesso), é importante destacar o alto custo de permanência por parte do alunado, incoerente com o princípio de uma escola pública. As escolas da rede Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB), por exemplo, preveem a cobrança de uma taxa obrigatória aos alunos nelas matriculados, apontada como legal por parecer do STF. Além disso, são altos os custos com uniformes (de variados modelos, conforme a ocasião) e com materiais didáticos, já que, apesar do direito ao uso do PNL, nos últimos anos, o SCMB tenha optado pela adoção de coleções custeadas pelos alunos. Assim, embora sejam mantidas com verbas do erário público, na prática, impõem aos estudantes e suas famílias uma dinâmica semelhante àquela usada na iniciativa privada.”

MODELO DE DOCUMENTO A SER ENVIADO COM A CONTRIBUIÇÃO DAS BASES  
PARA O CADERNO DE TEXTOS DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS E CULTURAIS

Título e número do texto e número do parágrafo	Texto original (copiar do caderno)	Indicar se é acréscimo, alteração ou supressão	Proposta da seção	Breve justificativa
<p>Texto 8, Educação do Campo e Pedagogia da Alternância, p. 121</p>	<p>“ 4. O aspecto assistencialista e beneficente na formação da classe trabalhadora se estendeu também nos Liceus de Artes e Ofícios, iniciando-se de fato a Educação Profissional e Tecnológica com o Decreto nº 7.566 de 1909 sancionado pelo então Presidente Nilo Peçanha (BRASIL, 1909), como política pública moralizadora da formação do caráter pelo trabalho para os órfãos, pobres, e desvalidos da sorte, retirando-os das ruas (KUENZER, 2007 apud VIEIRA &amp; SOUZA JUNIOR, 2016, p. 5). Esta política também foi aplicada nos patronatos e escolas agrícolas e nas escolas de magistério de</p>	<p>Alteração</p>	<p>Trocar “do agronegócio brasileiro” por “da agricultura capitalista”</p>	<p>Agronegócio seria anacrônico nesse contexto, segundo Delgado (2012, 2013), a categoria está ligada às alterações da agricultura capitalista a partir dos anos 2000.</p>

	<p>economia rural doméstica. Estas instituições federais de ensino foram responsáveis pelo fortalecimento do agronegócio brasileiro &lt;da agricultura capitalista&gt; e do desenvolvimento de uma visão de rural como algo atrasado que deveria ser mudado com a adoção de técnicas do capital, estes educandários deram origem a maior parte dos campi agrícolas dos Institutos Federais.</p>			
<p>Texto 8, Educação do Campo e Pedagogia da Alternância, p. 122</p>	<p>“11. Após a criação de “661 unidades, sendo estas vinculadas a 38 Institutos Federais, 02 Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), a 22 escolas técnicas vinculadas às universidades federais e ao Colégio Pedro II” (BRASIL, 2019), na</p>	<p>Inclusão</p>	<p>Após “interioranos”, incluir “que estão, em grande parte, inseridos em contextos sociais e econômicos rurais”</p>	<p>Sempre articulados com as potencialidades locais do mercado de trabalho (PEREIRA, 2009 apud SOUZA, &amp; MEDEIROS NETA, 2021, p. 6).</p>

	<p>expansão da Rede Federal a Lei Nº 11.195 excluiu entraves e anunciou a criação de 64 unidades de ensino, privilegiando as instituições em periferias de grandes centros urbanos, além de municípios interioranos &lt;que estão, em grande parte, inseridos em contextos sociais e econômicos rurais&gt;”</p>			
<p>Texto 8, Educação do Campo e Pedagogia da Alternância, p. 122</p>		<p>Alteração</p>	<p>Colocar o acento na palavra “políticas”</p>	
<p>Texto 8, Educação do Campo e Pedagogia da Alternância, p. 124</p>	<p>“22. Esse processo invisibiliza os sujeitos coletivos de direitos do campo, suas realidades históricas e demandas, como no caso da ‘Educação do Campo’, categoria pedagógica do campo da educação popular &lt;libertadora e/ou&gt; e libertária, que se percebe ainda incipiente nos</p>	<p>Inserção e exclusão</p>	<p>Após “educação popular”, inserir “libertadora e/ou libertária”</p>	

	Planejamentos de Desenvolvimento Institucionais dos Institutos Federais, e que propõe outra matriz de desenvolvimento no campo baseado na agroecologia e suas diversas tecnologias participativas, sociais e adaptadas aos arranjos produtivos locais dos sujeitos de direitos do campo”			
Texto 8, Educação do Campo e Pedagogia da Alternância, p. 125		Alteração	Não tem nada em negrito	
Texto 8, Educação do Campo e Pedagogia da Alternância, p. 126	“26. XI. Consolidar o ensino integrado e a formação integral, fazendo avançar em sua compreensão e privilegiando o mundo do trabalho, em detrimento e contraposição estratégica a possibilidade de verticalidade acadêmica de formação <ao invés da ênfase na verticalidade acadêmica da formação”	Exclusão ou alteração	Ao invés da ênfase na verticalidade acadêmica da formação	a contraposição e detrimento à verticalidade não me parecem condizentes com as necessidades e proposições da Educação do Campo, ainda que a ênfase ao mundo do trabalho possa ser destacada. Do contrário, pode parecer que a verticalização não é demanda nem caminho formativo para as populações

				do campo, o que seria no mínimo questionável em relação ao direito ao acesso à educação, inclusive superior.
Texto 8, Educação do Campo e Pedagogia da Alternância, p. 128	<p>“30. Nesse sentido é relevante a atualização e revisão dos Projetos Políticos e Pedagógicos, assim como estruturas burocráticas que possam atender as novas demandas. Para tanto, torna-se urgente e necessário à avaliação coletiva e participativa da atuação dos Campi Agrícolas da Rede Federal, &lt;bem como de todos os campi da Rede Federal de Ensino que atendem populações rurais e/ou estão localizados em espaços rurais,&gt; nos moldes do ‘Seminário Nacional do Ensino Agrícola da Rede</p>	Inserção e alteração	Após “rede federal”, “bem como de todos os campi da Rede Federal de Ensino que atendem populações rurais e/ou estão localizados em espaços rurais”.	Do jeito que está a redação, parece que a Educação do Campo e/ou as políticas e os cursos específicos voltados para os povos do campo são e/ou devem estar restritos aos campi agrícolas, desconsiderando que: i) outros campi estão localizados em espaços rurais e/ou atendem populações rurais; ii) estes povos têm demandas e necessidades em diferentes áreas de formação para seu adequado “desenvolvimento” territorial e sua formação humana e profissional; iii) projetos de ensino, pesquisa e extensão podem e devem compreender as diferentes realidades e demandas dos

	<p>Federal de Educação Profissional e Tecnológica', com o protagonismo dos sujeitos do campo, subsidiada pelas organizações e movimentos sociais do campo, bem como das universidades que avançaram na formação de professores para atuarem em escolas do campo (Licenciaturas em Educação do Campo).</p>			<p>povos e espaços rurais.</p>
--	---	--	--	--------------------------------

## **PROPOSTAS PARA OS EIXOS DO CADERNO BASE DO GT POLÍTICAS EDUCACIONAIS E CULTURAIS**

### **1º ENCONTRO VIRTUAL DIA 23/10/2023**

Mediação: Theo Martins Lubliner e Ana Paula Leite Nascimento

### **Eixo 3. Educação de Jovens e Adultas/os**

Exposição do texto: Maria Auxiliadora Moreira

#### **PROPOSTAS DO GRUPO:**

1. Ampliar os recursos para a EJA.
2. Reforçar o cumprimento da oferta de 10% da educação noturna para Educação de Jovens e Adultas/os na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, pois o cenário tem sido de descontinuidade e precarização.
3. Aumentar a carga horária dos cursos da EJA, a fim de reduzir a fragmentação dos conteúdos.
4. Fortalecer os instrumentos, o suporte e o acompanhamento às pessoas com necessidades específicas.
5. Aprofundar pesquisas para caracterizar o perfil do público do EJA.
6. Realizar estudos acerca dos impactos e do quadro da EJA no pós-pandemia.
7. Refletir a respeito das dificuldades do acesso das/os estudantes à noite, devido à localização dos campi no contexto do processo de expansão.
8. Mapear a oferta da EJA na Rede EPT.
9. Ampliar a dotação orçamentária para ações de acesso e permanência estudantil.

### **Eixo 2. Formação inicial e continuada de professoras/es da EPT**

Exposição do texto: Sandra Helena Costa

#### **PROPOSTAS DO GRUPO:**

1. Alterar o título do eixo para: Formação inicial e continuada de professoras/es e TAEs da EPT.

2. Incluir a exigência da formação em licenciatura nos concursos públicos para vagas de docentes, pois muitos editais acabam priorizando a formação em engenharias.
3. Desenvolver uma metodologia de acompanhamento dos editais de concurso público para professoras/es EBTT, com o objetivo de exigir o cumprimento do artigo 62 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei 13.415/2017 e inciso I, e artigo 113 da Lei 11.784/2008, que definem a graduação em Licenciatura como condição mínima para o cargo de docente EBTT.
4. Estimular e promover a formação continuada de professoras/es.
5. Estabelecer parcerias com outras instituições educacionais para ofertar cursos de formação em licenciatura plena para professoras/es ingressantes, a fim de dialogar com a proposta político-pedagógica da instituição.
6. Promover cursos de formação continuada para professoras/es e demais profissionais de educação que atuam na rede ligados aos temas transversais.
7. Realizar ciclos de formação com foco didático-pedagógico nos acolhimentos institucionais às/aos novas/os servidoras/es.
8. Disponibilizar carga horária para participar das atividades de formação.

## **2º ENCONTRO VIRTUAL DIA 24/10/2023**

Mediação: Theo Martins Lubliner e Ana Paula Leite Nascimento

### **Eixo 9. Educação inclusiva e Diversidade**

Exposição do texto: Ana Paula Leite Nascimento

#### **PROPOSTAS DO GRUPO:**

1. Defender a manutenção a Lei nº 12.990/2014, que reserva aos negros e negras 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das fundações públicas, das autarquias, das sociedades de economia mista controladas pela União e das empresas públicas, visto que há previsão de revogação da lei ao completar 10 anos de sua promulgação.
2. Realizar debates e formação política com a comunidade acadêmica e a comunidade do entorno aos Institutos Federais para fortalecer as práticas de extensão.

3. Incluir o eixo da discussão da Inclusão, de forma estruturante, nos PPI e PDI dos Institutos Federais em suas revisões periódicas.
4. Promover a aproximação com os movimentos sociais para visibilizar a pauta da Diversidade.
5. Pleitear recursos para a realização de concursos públicos, a fim de garantir a composição de profissionais de atendimento às/aos estudantes com necessidades específicas no quadro efetivo.
6. Fazer o levantamento dos regulamentos institucionais e identificar as lacunas a respeito da pauta da Educação Inclusiva, com vistas a propor reformulação.
7. Mapear as práticas inclusivas desenvolvidas nos Institutos Federais para construir observatórios e políticas de inclusão e diversidade.
8. Promover pesquisas que possam colaborar para práticas inclusivas.

## **Eixo 8. Educação do Campo e Pedagogia da Alternância**

Exposição do texto: Acácio Nascimento

### **PROPOSTAS DO GRUPO:**

1. Incluir no item 8, na parte do histórico das leis da Educação Profissional, o decreto nº 5154/2004, que trata do Ensino Médio Integral, enquanto concepção do ensino politécnico e a formação omnilateral da classe trabalhadora.
2. Aproximar os Institutos Federais às necessidades e às realidades das comunidades do campo.
3. Aprofundar o debate sobre a curricularização da extensão.
4. Reduzir a carga horária das/os docentes em sala de aula para melhorar as condições de trabalho e ampliar o envolvimento das/os professoras/es em ações e projetos de Pesquisa e Extensão.
5. Interpelar a SETEC e o MEC quanto à criação de PPP e PPI para os Institutos Federais com perspectivas urbanas ou rurais, pois a concepção não pode se restringir a oferta de cursos rurais, sem reformular seus PPPs e PPIs.
6. Desenvolver extensão popular.

## **Eixo 5. A extensão na consolidação da identidade da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**

Exposição do texto: Theo Martins Lubliner

### **PROPOSTAS DO GRUPO:**

1. Consolidar uma extensão popular.
2. Fortalecer as articulações com os movimentos populares e sociais.
3. Ampliar a carga horária para docentes trabalharem a extensão, com a proposta de 1/3 da carga horária.
4. Desmembrar Pró-reitorias de Pesquisa e Extensão para que cada eixo tenha sua Pró-reitoria e aprofundar as suas ações.
5. Pleitear a divisão do orçamento de 1/3 para ensino, 1/3 para pesquisa e 1/3 para extensão.
6. Desmistificar o debate do empreendedorismo social como proposta de extensão nas comunidades.
7. Desburocratizar a extensão, que atualmente fica restrita à elaboração de projetos de extensão.
8. Pedir a revogação imediata da Portaria 193/2020, que estabelece a carga horária mínima de 14h para professoras/es da Rede EBTT.
9. Incluir a extensão no orçamento dos Institutos Federais.
10. Revisar documentos internos, a exemplo do Regulamento Docente.
11. Garantir carga horária para técnicas/os administrativas/os coordenar desenvolver projetos de extensão.
12. Produzir materiais didáticos e pedagógicos sobre educação e extensão popular.
13. Suprimir os capítulos de 1 ao 62.
14. Acrescentar uma breve introdução.
15. Romper os muros institucionais na relação com a comunidade do entorno.

### **3º ENCONTRO VIRTUAL DIA 25/10/2023**

Mediação: Theo Martins Lubliner e Ana Paula Leite Nascimento

#### **Eixo 1. Ensino Médio Integrado**

Exposição do texto: Givaldo Almeida

### **PROPOSTAS DO GRUPO:**

1. Garantir recursos financeiros específicos para os projetos de extensão, de inclusão e necessidades específicas.

2. Manter e ampliar a carga horária das disciplinas de Filosofia e Sociologia, sugerindo o estudo dessas durante todo o Ensino Médio Integrado, com vistas à formação crítica e cidadã.
3. Ampliar os debates por meio de seminários e rodas de conversas com a comunidade estudantil e servidoras/es a respeito das diretrizes do Ensino Médio Integrado.
4. Pensar as estratégias de permanência e êxito.
5. Ampliar o financiamento para que de fato as instituições tenham condições de desenvolver atividades educacionais e culturais, de ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica.

## **Eixo 12. Acesso, Permanência e Êxito**

Exposição do texto: Felipe Góes

### **PROPOSTAS DO GRUPO:**

1. Problematicar o debate da meritocracia.
2. Rediscutir as políticas de acesso, a exemplo do ingresso através de provas e/ou sorteios.
3. Aprofundar os estudos e dados sobre evasão para subsidiar a construção de políticas de acesso, permanência e êxito.
4. Fortalecer as estratégias de acompanhamento docente e com as equipes multidisciplinares para combater e/ou minimizar a evasão.
5. Promover debates acerca do êxito.
6. Realizar encontros e acompanhamento das/os egressas/os.
7. Promover ações/atividades com a comunidade estudantil para criar e fortalecer o sentimento de pertencimento ao processo de ensino que os Institutos Federais se propõem e de sociabilidades, pois essa fragilidade se constitui como um dos fatores da evasão.
8. Defender orçamento específico para a alimentação escolar.
9. Criar refeitórios para viabilizar a alimentação à comunidade estudantil.
10. Ampliar as equipes multidisciplinares para o atendimento e acompanhamento estudantil.
11. Divulgar ferramentas de avaliação do acompanhamento estudantil.

12. Realizar levantamento de dados do perfil das/os estudantes da Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

13. Mitigar a evasão escolar através de metodologias, instrumentos e ferramentas eficientes, eficazes e efetivas.

14. Alterar a nomenclatura do eixo 12 para: Acesso, Permanência, Evasão e Êxito.

## **Eixo 6. Financiamento**

Exposição do texto: Theo Martins Lubliner

### **PROPOSTAS DO GRUPO:**

1. Atualizar no parágrafo 9 a informação acerca da tramitação do novo teto de gastos.

2. Acrescentar no parágrafo 12 o contexto da guerra em Israel.

3. Ampliar recursos financeiros e estruturais.

4. Reforçar a necessidade de recomposição e ampliação das equipes de trabalho.

5. Rever o retorno de recursos para a instituição nos casos de pagamentos de GRU para devolução de valores.

6. Defender a recomposição do orçamento de capital, pois é necessário investir nos espaços físicos, visto que atualmente o orçamento tem sido apenas de custeio, o que inviabiliza a expansão.

7. Problematizar a Matriz CONIF que tem precarizado demais o currículo dos cursos técnicos integrados.

8. Realizar a auditoria da dívida.

9. Fortalecer a luta contra o corte de recursos, implicando em maior precarização dos serviços e das condições de trabalho da categoria EBTT e PCCTAE.

10. Fazer uma campanha para dialogar com a sociedade acerca da necessidade e das formas de ampliar o financiamento da EPT, e também debater como distribuir o orçamento.

11. Reforçar a luta por mais recursos e concursos para servidoras/es efetivas/os. Combater o discurso de que o Estado não tem recurso.

## **Eixo 7. Política de Assistência Estudantil**

Exposição do texto: Ana Paula Leite Nascimento

### **PROPOSTAS DO GRUPO:**

1. Promover espaços de discussão sobre a concepção de assistência estudantil.
2. Fortalecer os mecanismos de controle social com a criação de um Conselho amplo, viabilizando a participação das representações estudantis.
3. Resgatar, estimular e fortalecer as representações estudantis, como mecanismo de fortalecimento das lutas.
4. Promover espaços de debates, ações e serviços com as pautas da inclusão, diversidade.
5. Realizar levantamento do perfil das/os estudantes cotistas para subsidiar a elaboração de políticas de acesso e permanência.
6. Fortalecer os NEABI's.
7. Garantir as equipes mínimas/básicas multiprofissionais/multidisciplinares, aumentando o quadro e viabilizando espaços com condições de trabalho.

CONTRIBUIÇÃO DO GT POLÍTICAS EDUCACIONAIS SEÇÃO **SINASEFE IFSUL** PARA O  
CADERNO DE TEXTOS DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS E CULTURAIS

Título e número do texto e número do parágrafo	Texto original (copiar do caderno)	Indicar se é acréscimo, alteração ou supressão	Proposta da seção	Breve justificativa
<p>Texto 2 - Formação inicial e continuada de professores/as da EPT Parágrafo 5.</p>	<p>Entende-se que o professor da EPT é um profissional que desenvolveu os saberes didáticos, relacionados ao como ensinar, políticos, relacionados aos modos de se relacionar na profissão, e pedagógicos, relacionados ao campo da educação; é um profissional que sabe o quê, como e o porquê fazer, e que aprendeu a ensinar visando ao desenvolvimento de forma idônea e adequada de outros profissionais. Deste modo, tem papel e compromisso como educador, independentemente de outra atividade que venha a ter, contribuindo, assim, como participante ativo, para o desenvolvimento da educação</p>	<p>Alteração</p>	<p>Entende-se que o professor da EPT é um profissional que desenvolveu os saberes didáticos, relacionados ao como ensinar, políticos, relacionados aos modos de se relacionar na profissão, e pedagógicos, relacionados ao campo da educação; é um profissional que sabe o quê, como e o porquê fazer, e que aprendeu a ensinar visando ao desenvolvimento de forma idônea e adequada de outros profissionais. Deste modo, tem papel e compromisso como educador, contribuindo assim, como participante ativo, para o desenvolvimento da educação profissional. Na Rede Federal, segundo a Plataforma Nilo</p>	<p>Defendemos o regime de trabalho DE.</p>

	<p>profissional. Na Rede Federal, segundo a Plataforma Nilo Peçanha, 95% dos docentes efetivos trabalham com Dedicção Exclusiva, o que permite inferir que assumiram a docência como único trabalho.</p>		<p>Peçanha, 95% dos docentes efetivos trabalham com Dedicção Exclusiva, o que permite inferir que assumiram a docência como único trabalho.</p>	
<p>Texto 2 - Formação inicial e continuada de professores/as da EPT Parágrafo 39</p>	<p>Acrescentamos ainda, de forma pontual, em acordo com os movimentos sociais que visam produzir um mundo menos desigual:</p> <p>I. Revogação do Novo Ensino Médio.</p> <p>II. Revogação da Resolução nº 2, de 2019, por representar retrocesso a formação de professores, alicerçando a mesma em uma visão pragmatista e acrítica.</p> <p>III. Revogação da Resolução nº 1, de 2021, uma vez que apresenta a formação profissional como um conjunto de saberes fragmentados, sem prévia</p>	<p>Alteração</p>	<p>Acrescentamos ainda, de forma pontual, em acordo com os movimentos sociais que visam produzir um mundo menos desigual:</p> <p>I. Revogação do Novo Ensino Médio.</p> <p>II. Revogação da Resolução nº 2, de 2019, por representar retrocesso a formação de professores, alicerçando a mesma em uma visão pragmatista e acrítica.</p> <p>III. Revogação da Resolução nº 1, de 2021, uma vez que apresenta a formação profissional como um conjunto de saberes fragmentados, sem prévia</p>	<p>Apontar e problematizar o ensino presencial como prioritário na formação de professores.</p>

	<p>organicidade. A resolução equivale a prática docente a habilitação docente, reduzindo o aspecto formativo a uma dimensão pragmática e contribuindo para o esvaziamento da profissão docente.</p> <p>IV. Revogação da Resolução nº 1, de 2022, uma vez que se fundamenta na Resolução nº 2, de 2019.</p> <p>V. Aperfeiçoamento da Resolução nº 2, de 2015:</p> <p>a) Incluir os conteúdos específicos relacionados ao trabalho e educação (Art. 1, parágrafo 2 e Art.14, parágrafo 2);</p> <p>b)Retirar do caput os termos “emergencial e provisório”;</p> <p>c) Excluir o inciso 7 que prevê a extinção dos cursos de formação pedagógica;</p> <p>d) Evidenciar que os cursos de formação pedagógica, irão</p>		<p>organicidade. A resolução equivale a prática docente a habilitação docente, reduzindo o aspecto formativo a uma dimensão pragmática e contribuindo para o esvaziamento da profissão docente.</p> <p>IV. Revogação da Resolução nº 1, de 2022, uma vez que se fundamenta na Resolução nº 2, de 2019.</p> <p>V. Aperfeiçoamento da Resolução nº 2, de 2015:</p> <p>a) Incluir os conteúdos específicos relacionados ao trabalho e educação (Art. 1, parágrafo 2 e Art.14, parágrafo 2);</p> <p>b)Retirar do caput os termos “emergencial e provisório”;</p> <p>c) Excluir o inciso 7 que prevê a extinção dos cursos de formação pedagógica;</p> <p>d) Evidenciar que os cursos de formação pedagógica,</p>	
--	---	--	--	--

	<p>atribuir o título de Licenciado em _____, de acordo com a área de formação do bacharelado ou do curso de tecnologia que o professor em formação tenha anteriormente e na qual deverá ser realizado o estágio curricular supervisionado;</p> <p>e) Prever o trabalho como princípio educativo e a pesquisa como pressuposto pedagógico como item que compõem os fundamentos da formação de professores.</p>		<p><b>realizados prioritariamente de forma presencial,</b> irão atribuir o título de Licenciado em _____, de acordo com a área de formação do bacharelado ou do curso de tecnologia que o professor em formação tenha anteriormente e na qual deverá ser realizado o estágio curricular supervisionado;</p> <p>e) Prever o trabalho como princípio educativo e a pesquisa como pressuposto pedagógico como item que compõem os fundamentos da formação de professores.</p>	
<p>Texto 2 - Formação inicial e continuada de professores/as da EPT Parágrafo 41a</p>		<p>Acréscimo após o parágrafo 40.</p>	<p>Por fim, é preciso estabelecer um prazo para que seja exigida a licenciatura em todas as disciplinas específicas do currículo dos cursos técnicos. Para tanto, concomitantemente, deve ser construído democraticamente um Plano Nacional de Formação de Professores para</p>	<p>Inclusão de uma proposta de construção de um Plano Nacional para Formação de Professores para a EPT (Forprofep).</p>

			<p>a EPT, que privilegie a formação presencial e de qualidade do corpo docente, com ênfase para as redes públicas federal e estaduais, aos quais se vincularão os planos específicos de cada instituição federal ou rede estadual de educação.</p>	
<p>Texto 4 - Gestão Escolar Parágrafo 24a</p>		<p>Acréscimo após o parágrafo 24</p>	<p>Vê-se as políticas educacionais, e por consequência a gestão escolar, orientadas por princípios e métodos desenvolvidos e adotados na empresa capitalista, baseados na razão mercantil, portanto é imprescindível destacar que os objetivos da educação são antagônicos aos de uma empresa capitalista e que é preciso ter clareza nos objetivos da educação e da escola para superarmos essa questão (Paro, 2012). Partindo do reconhecimento que o objetivo da escola é a</p>	

			<p>apropriação da cultura pelos sujeitos, da sua formação como humano-histórico, capaz de contribuir com a transformação social e não com a sua reprodução, é preciso analisar e construir possibilidades de uma administração escolar voltada para esta transformação social. A administração escolar estará tanto mais comprometida com a transformação social quanto mais os objetivos com ela perseguidos estiverem articulados com essa transformação, é necessário situar a educação escolar e o seu papel neste processo de transformação (Paro, 2012).</p> <p>PARO, Vitor Henrique. Administração escolar: introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2012.</p>	
<p>Texto 5 - A extensão na consolidação da identidade</p>	<p>Assim, esta resolução, ao contrário do que</p>	<p>Alteração.</p>	<p>Assim, esta resolução, ao contrário do que</p>	<p>Correção digitação.</p>

<p>da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Parágrafo 54.</p>	<p>alguns acreditam, não é apenas uma regulamentação para o processo de Creditação Curricular da Extensão, previsto na Meta 12.7 do PNE, mas, acima de tudo, é um Marco Regulatório da Extensão da Educação Superior Brasileira. Nela estão definidas as concepções de extensão universitária que foram construídas pelos diversos agentes que estão envolvidos com este tema. Mesmo que a resolução não tenha dado conta de explicitar todos as concepções e diretrizes da Extensão Universitária construídas a partir do processo de redemocratização e das discussões que antecederam a Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Base da Educação, de 1996. Diante do cenário de recrudescimento das discussões políticas e educacionais, do aprofundamento das políticas</p>		<p>alguns acreditam, não é apenas uma regulamentação para o processo de Creditação Curricular da Extensão, previsto na Meta 12.7 do PNE, mas, acima de tudo, é um Marco Regulatório da Extensão da Educação Superior Brasileira. Nela estão definidas as concepções de extensão universitária que foram construídas pelos diversos agentes que estão envolvidos com este tema. Mesmo que a resolução não tenha dado conta de explicitar <b>todas</b> as concepções e diretrizes da Extensão Universitária construídas a partir do processo de redemocratização e das discussões que antecederam a Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Base da Educação, de 1996. Diante do cenário de recrudescimento das discussões políticas e educacionais, do aprofundamento das políticas neoliberais e seus</p>	
--	---	--	---	--

	neoliberais e seus reflexos no projeto de educação nacional, podemos dizer que houve vários avanços em sua proposição.		reflexos no projeto de educação nacional, podemos dizer que houve vários avanços em sua proposição.	
Texto 6 - Financiamento parágrafo 23	Do ponto de vista social, a rede dos Institutos Federais têm desempenhado um papel fundamental na inclusão de diferentes grupos sociais no acesso à educação. Com sua capilaridade em todo o território nacional, os IFs estão presentes em regiões metropolitanas, no interior e até mesmo em áreas remotas do país, alcançando estudantes que, muitas vezes, não teriam oportunidades de acesso à educação de qualidade. Adotando políticas de ações afirmativas (como o sistema de cotas, para promover a inclusão de estudantes oriundos de escolas públicas, negros, indígenas, pessoas com	Alteração	Do ponto de vista social, a rede dos Institutos Federais têm desempenhado um papel fundamental na inclusão de diferentes grupos sociais no acesso à educação. Com sua capilaridade em todo o território nacional, os IFs estão presentes em regiões metropolitanas, no interior e até mesmo em áreas remotas do país, alcançando estudantes que, muitas vezes, não teriam oportunidades de acesso à educação de qualidade. Adotando políticas de ações afirmativas (como o sistema de cotas, para promover a inclusão de estudantes oriundos de escolas públicas, negros, indígenas, pessoas com	Retirada da palavra tecnologia na frase que aponta os saberes que se entrelaçam compreendendo que está relacionado às dimensões da vida humana, em coerência com o conceito de Ensino Médio Integrado desenvolvido no texto 1. (parágrafo 2 do texto 1).

	<p>deficiência e outras minorias), essas medidas têm contribuído para a diversidade e para a redução das desigualdades sociais, possibilitando que mais pessoas tenham acesso à formação profissional e ao ensino superior. Além disso, os IFs têm se destacado pela sua inserção nos arranjos culturais e produtivos locais, uma vez que constroem uma rede de saberes que entrelaçam cultura, trabalho, ciência e tecnologia em favor da sociedade.</p>		<p>deficiência e outras minorias), essas medidas têm contribuído para a diversidade e para a redução das desigualdades sociais, possibilitando que mais pessoas tenham acesso à formação profissional e ao ensino superior. Além disso, os IFs têm se destacado pela sua inserção nos arranjos culturais e produtivos locais, uma vez que constroem uma rede de saberes que entrelaçam cultura, trabalho e ciência em favor da sociedade.</p>	
<p>Texto 6 - Financiamento Parágrafo 29</p>	<p>Percebe-se que o grande crescimento na destinação de emendas parlamentares se deu após aprovação da EC/95. Esta informação abre possibilidades para várias interpretações, sobretudo sobre a intencionalidade dos parlamentares e partidos políticos que destinaram</p>	<p>Alteração</p>	<p>Percebe-se que o grande crescimento na destinação de emendas parlamentares se deu após aprovação da EC/95. Esta informação abre possibilidades para várias interpretações, sobretudo sobre a intencionalidade dos parlamentares e partidos políticos que destinaram emendas</p>	<p>Consideramos que devemos firmar a posição contrária às emendas parlamentares e seu caráter de instrumentos de cooptação.</p>

	<p>emendas parlamentares para a educação, mas que aprovaram uma emenda que congela os investimentos por 20 anos. As emendas parlamentares, dividem opiniões, por um lado são vistas como parte importante, que inserem o congresso nas discussões sobre o orçamento federal, buscando alinhar demandas locais, por outro lado podem se tornar instrumentos de cooptação política aos moldes do fenômeno do clientelismo. Os Institutos Federais ficaram à mercê e reféns dessas contradições, uma vez que necessitam buscar fontes alternativas de recursos financeiros para garantir a sua sobrevivência, diante progressivo corte de recursos orçamentários. A dependência cada vez maior das emendas parlamentares, em especial, dos grupos políticos que as utilizam</p>		<p>parlamentares para a educação, mas que aprovaram uma emenda que congela os investimentos por 20 anos. <b>As emendas parlamentares se tornam instrumentos de cooptação política aos moldes do fenômeno do clientelismo.</b> Os Institutos Federais ficaram à mercê e reféns dessas contradições, uma vez que necessitam buscar fontes alternativas de recursos financeiros para garantir a sua sobrevivência, diante progressivo corte de recursos orçamentários. A dependência cada vez maior das emendas parlamentares, em especial, dos grupos políticos que as utilizam como “balcão de negócios”, fragiliza qualquer possibilidade de planejamento estratégico a longo prazo dos institutos federais e ameaça a sua consolidação.</p>	
--	--	--	--	--

	como “balcão de negócios”, fragiliza qualquer possibilidade de planejamento estratégico a longo prazo dos institutos federais e ameaça a sua consolidação.			
Texto 6 - Financiamento parágrafo 53a		Acréscimo após o parágrafo 53.	A portaria MEC 646/2022, que institui a Matriz de Distribuição Orçamentária aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, estabelece indicadores para a composição do orçamento das instituições como: número de matrícula total; eficiência acadêmica; relação aluno/professor presencial; marcos legais do curso técnico, da formação de professores e da Educação de Jovens e Adultos e renda familiar per capita. Tal metodologia obriga os gestores à revisão dos currículos e a alterações dos projetos pedagógicos dos cursos (PPCs), incluindo redução de carga horária, para arrecadar	A portaria 646/2022 não está citada no texto e traz questões importantes que já estão impactando a rede.

			<p>recursos às suas instituições. Algumas pesquisas já apontam a adequação de PPCs de cursos técnicos integrados aos limites da BNCC, de até 1800 horas para as disciplinas de cultura geral. De certa maneira, essa portaria abre um precedente para a mercantilização da educação, o que prejudica a formação humana integral, a missão e os valores institucionais, além da autonomia pedagógica.</p> <p>Cabe destacar a crescente necessidade da subcontratação de profissionais específicos para a Educação Especial, como intérpretes de libras e psicopedagogos, que são pagos com orçamento de manutenção e de desenvolvimento das atividades globais das instituições, ao invés da contratação de servidores(as).</p>	
--	--	--	--	--

<p>Texto 6 - Financiamento parágrafo 53a</p>	<p>Propostas</p> <p>I. Revogação imediata de qualquer tipo de teto de gastos (como o “arcabouço fiscal”) que inclua direitos básicos como saúde e educação;</p> <p>II. Substituição da Lei de Responsabilidade Fiscal por uma Lei de Responsabilidade Social;</p> <p>III. Criação de um fundo nacional para a educação profissional aos moldes do Fundeb;</p> <p>IV. Criação de uma contribuição social com vinculação direta à receita da Educação aos moldes da contribuição da Seguridade Social;</p> <p>V. Extinção da DRU;</p> <p>VI. Estabelecer a meta de mínimo de 10% do PIB para a Educação;</p> <p>VII. Destinação direta das verbas parlamentares para a educação sem passar pelo</p>	<p>Alteração</p>	<p>Propostas</p> <p>I. Substituição da lógica contida na Responsabilidade Fiscal por uma defesa da Responsabilidade Social do Estado, privilegiando os serviços públicos e os gastos sociais, considerando as dívidas históricas com a classe trabalhadora brasileira, sobretudo no que tange à educação e saúde.</p> <p>II. Criação de uma contribuição social com vinculação direta à receita da Educação aos moldes da contribuição da Seguridade Social;</p> <p>III. Extinção da DRU;</p> <p>IV. Estabelecer a meta de mínimo de 10% do PIB para a Educação Pública;</p> <p>V. Universalização do modelo de Educação da Rede Federal;</p> <p>VI. Proposta de mudança da Matriz Conif para torná-la mais</p>	<p>Reformulação de algumas das propostas com a intenção de dar mais clareza aos objetivos das propostas. Retirada da proposta III pois entendemos que não temos discussão aprofundada e consenso para a criação do fundo para a educação profissional.</p>
--	---	------------------	---	--

	<p>controle dos congressistas;</p> <p>VIII. Universalização do modelo de Educação da Rede Federal;</p> <p>IX. Proposta de mudança da Matriz Conif para torná-la mais democrática.</p>		<p>democrática e que seja instrumento de construção de políticas públicas articuladas com a defesa do EMI e da qualidade de ensino em todos os níveis e modalidades de ofertas educacionais.</p>	
<p>Texto 7 - Política de Assistência Estudantil parágrafo 20</p>	<p>Uma pesquisa com o objetivo analisar a contribuição dos auxílios financeiros oriundos do PNAES para estudantes socioeconomicamente vulneráveis de uma instituição federal do interior da Região Sul do Brasil, revelou que estudantes beneficiários do Pnaes obtiveram melhor desempenho acadêmico, comparativamente, e, que os estudantes não beneficiários de auxílios, indicando evidências do efeito positivo desta política para esse perfil de universidade federal (KROTH; BARTH, 2021). Nesse sentido, é preciso que a</p>	<p>Alteração</p>	<p>Uma pesquisa com o objetivo analisar a contribuição dos auxílios financeiros oriundos do PNAES para estudantes socioeconomicamente vulneráveis de uma instituição federal do interior da Região Sul do Brasil, revelou que estudantes beneficiários do Pnaes obtiveram melhor desempenho acadêmico, comparativamente, e, que os estudantes não beneficiários de auxílios, indicando evidências do efeito positivo desta política para esse perfil de universidade federal (KROTH; BARTH, 2021). Nesse sentido, é preciso que a política de</p>	<p>Correção digitação.</p>

	<p>política de assistência estudantil tenha, fundamentalmente, aporte orçamentário suficiente para se voltar para além das questões econômicas e de pobreza, incluindo ações e projetos de apoio acadêmico e psicológico aos estudantes (COSTA, 2010), no entanto, para que seja possível ampliar o atendimento para outras ações, é necessário que após serem atendidos os todos os estudantes em vulnerabilidade social - nas ações de alimentação, transporte e moradia - se aumentem os recursos para as ações de caráter universal.</p>		<p>assistência estudantil tenha, fundamentalmente, aporte orçamentário suficiente para se voltar para além das questões econômicas e de pobreza, incluindo ações e projetos de apoio acadêmico e psicológico aos estudantes (COSTA, 2010), no entanto, para que seja possível ampliar o atendimento para outras ações, é necessário que após serem atendidos os todos os estudantes em vulnerabilidade social - nas ações de alimentação, transporte e moradia - se aumentem os recursos para as ações de caráter universal.</p>	
<p>Texto 8 - Educação do Campo e Pedagogia da Alternância</p>		<p>Acréscimo ao final do texto.</p>	<p>Inclusão das referências do texto.</p>	<p>As referências indicadas no decorrer do texto não estão listadas ao final.</p>
<p>Texto 8 - Educação do Campo e Pedagogia da Alternância parágrafo 8</p>	<p>Desde a LDB nº 9.394/96 a educação profissional se apresentou sobre diferentes tipologias e</p>	<p>Alteração</p>	<p>Desde a LDB nº 9.394/96 a educação profissional se apresentou sobre diferentes tipologias e</p>	<p>Retirada da dimensão tecnologia em coerência com o conceito de Ensino Médio Integrado desenvolvido no</p>

	expressões, com objetivos de redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, esse movimento se constituiu em um novo pensar na formação omnilateral, considerando as dimensões do Trabalho, da Ciência, da Tecnologia e da Cultura, pensando a realidade concreta dos sujeitos e seus arranjos produtivos locais.		expressões, com objetivos de redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, esse movimento se constituiu em um novo pensar na formação omnilateral, considerando as dimensões do Trabalho, da Ciência, e da Cultura, pensando a realidade concreta dos sujeitos e seus arranjos produtivos locais.	texto 1. (parágrafo 2 do texto 1).
Texto 8 - Educação do Campo e Pedagogia da Alternância parágrafo 10	O Art. 6º dessa lei trata das finalidades e características dos Institutos Federais, onde podemos focar: na formação nos mais diferentes níveis e modalidades, atendendo os diversos setores da economia; adaptando soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais; na integração e na verticalização da formação continuada; no fortalecimento	Alteração	O Art. 6º dessa lei trata das finalidades e características dos Institutos Federais, onde podemos focar: na formação nos mais diferentes níveis e modalidades, atendendo os diversos setores da economia; adaptando soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais; na integração e na verticalização da formação continuada; no fortalecimento	Correção ortográfica e necessidade de indicação da fonte no final do parágrafo.

	<p>dos arranjos produtivos sociais e culturais locais identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento sócio-econômico e cultural no âmbito de atuação do instituto federal; estimulando a investigação empírica com atualização pedagógica dos docentes e programas de extensão e de divulgação Científica e Tecnológica; e por fim estimulando a pesquisa aplicada à produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico, promovendo a produção e transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente (idem).</p>		<p>dos arranjos produtivos sociais e culturais locais identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento <b>socioeconômico</b> e cultural no âmbito de atuação do instituto federal; estimulando a investigação empírica com atualização pedagógica dos docentes e programas de extensão e de divulgação Científica e Tecnológica; e por fim estimulando a pesquisa aplicada à produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico, promovendo a produção e transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente <b>(idem ?)</b>.</p>	
<p>Texto 8 - Educação do Campo e Pedagogia da Alternância</p>	<p>Apoiados em Gattermann &amp; Possa (2018), apontamos um</p>	<p>Exclusão (ou esclarecimento)</p>		<p>Não compreendemos a ideia que foi construída no parágrafo.</p>

<p>parágrafo 13</p>	<p>dos principais desafios nessa fase de expansão da Rede, o ideário neoliberal em disputa nos governos de esquerda. Inseridos em um movimento Tático como imperativo de governabilidade num contexto neoliberal globalizado, que buscou inserir jovens, de forma massificada, em uma política, como constituição e prevenção de risco, e no combate a desigualdade social.</p>			
<p>Texto 8 - Educação do Campo e Pedagogia da Alternância parágrafo 14</p>	<p>Sem intencionar superar as polêmicas e contradições, é inegável que essa política pública inseriu de forma eficiente um grande contingente de jovens de baixo poder aquisitivo, com o uso de políticas de cotas, e a princípio com a proposição de uma educação libertária e omnilateral, voltada para autonomia dos sujeitos inseridos em seus arranjos produtivos locais, buscando</p>	<p>Alteração</p>	<p>Sem intencionar superar as polêmicas e contradições, é inegável que essa política pública inseriu um grande contingente de jovens <b>em vulnerabilidade social</b>, com o uso de políticas de cotas, e a princípio com a proposição de uma educação libertária e omnilateral, voltada para autonomia dos sujeitos inseridos em seus arranjos produtivos locais, buscando</p>	<p>Pensamos ser uma questão complexa para que possamos afirmar que essa inserção foi de forma eficiente, pensando na rede como um todo</p> <p>Sugestão de substituição do termo “de baixo poder aquisitivo” para em “vulnerabilidade social”.</p>

	transformar a realidade local e social ao qual estão inseridos.		transformar a realidade local e social ao qual estão inseridos.	
Texto 9 - Educação Inclusiva e Diversidade parágrafo 1	Este documento tem como objetivo subsidiar, de forma preliminar, discussões do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE) sobre as políticas educacionais para a inclusão e a diversidade, precisamente, a questão da educação de gênero, das relações étnico-raciais e das pessoas com deficiência (PCDs). O percurso delineado para este documento foi organizado em três momentos: no primeiro, apresentamos uma breve síntese da relação entre classe, raça, gênero e corporeidade no contexto da sociabilidade capitalista brasileira. Para isso, realizamos um exercício teórico-	Alteração	Este documento tem como objetivo subsidiar, de forma preliminar, discussões do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE) sobre as políticas educacionais para a inclusão e a diversidade, precisamente, a questão da educação de gênero, das relações étnico-raciais e das pessoas com deficiência (PCDs). O percurso delineado para este documento foi organizado em três momentos: no primeiro, apresentamos uma breve síntese da relação entre classe, raça, gênero e corporeidade no contexto da sociabilidade capitalista brasileira. Para isso, realizamos um exercício teórico-metodológico	Alteração no final do parágrafo para concordar com a proposta de retirada dos parágrafos 119, 120 e 121, que estão na sequência.

	<p>metodológico amparado no materialismo histórico-dialético, a partir do qual consideramos possível compreender a condição das maiorias minorizadas e oprimidas no Brasil para além dos marcadores individuais, ao contrário, como experiências coletivas, e portanto, políticas. No segundo momento, traçamos um panorama dessa relação (gênero, raça e corporeidade) na rede federal de ensino desde o processo de implementação dos Núcleos de Estudos de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDs), dos Núcleos de estudos afro-brasileiros e indígenas (NEABIs) e dos Núcleos de apoio às pessoas com necessidades educacionais específicas (NAPNEs). Analisando documentos oficiais e da própria rede, destacamos os princípios e as</p>		<p>amparado no materialismo histórico-dialético, a partir do qual consideramos possível compreender a condição das maiorias minorizadas e oprimidas no Brasil para além dos marcadores individuais, ao contrário, como experiências coletivas, e portanto, políticas. No segundo momento, traçamos um panorama dessa relação (gênero, raça e corporeidade) na rede federal de ensino desde o processo de implementação dos Núcleos de Estudos de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDs), dos Núcleos de estudos afro-brasileiros e indígenas (NEABIs) e dos Núcleos de apoio às pessoas com necessidades educacionais específicas (NAPNEs). Analisando documentos oficiais e da própria rede, destacamos os princípios e as diretrizes para</p>	
--	--	--	---	--

	<p>diretrizes para essas políticas. Na terceira parte, tecemos alguns apontamentos sobre desafios e possíveis caminhos da política para a inclusão e a diversidade na rede federal de ensino, deslocando-as do lugar de uma transversalidade que cruza eixos considerados principais para uma transversalidade que entrecruza e estrutura o debate educacional no Brasil.</p> <p>Salientamos que, ante a complexidade do tema, não tivemos até aqui a pretensão de esgotá-lo. Nossa proposta é abrir o debate, desafiar os paradigmas postos e contribuir com a formulação de políticas educacionais para a rede federal de ensino transitando pelo seguinte trajeto pré- estabelecido:</p>		<p>essas políticas. Na terceira parte, tecemos alguns apontamentos sobre desafios e possíveis caminhos da política para a inclusão e a diversidade na rede federal de ensino, deslocando-as do lugar de uma transversalidade que cruza eixos considerados principais para uma transversalidade que entrecruza e estrutura o debate educacional no Brasil.</p> <p>Salientamos que, ante a complexidade do tema, não tivemos até aqui a pretensão de esgotá-lo. Nossa proposta é abrir o debate, desafiar os paradigmas postos e contribuir com a formulação de políticas educacionais para a rede federal de ensino.</p>	
<p>Texto 9 - Educação Inclusiva e Diversidade parágrafo 119</p>	<p>A classe trabalhadora não é <i>persona</i>: gênero, raça e corporeidade</p>	<p>Exclusão</p>		<p>O parágrafo anuncia um trajeto de construção do texto, mas o desenvolviment</p>

	<p>como materialidade da classe:</p> <p>A. A discriminação como fundamento da sociedade capitalista - corpos produtivos x corpos improdutivos;</p> <p>B. Bases biomédicas da discriminação na sociedade capitalista - o papel feminista nas lutas contra discriminação ;</p> <p>C. Exploração <i>versus</i> opressão no Brasil;</p> <p>D. De tragédia individual à experiência social;</p> <p>E. Opressão: argamassa da formação social e da exploração no Brasil;</p> <p>F. Fragmentação da luta?</p>			o não faz este percurso.
<p>Texto 9 - Educação Inclusiva e Diversidade parágrafo 120</p>	<p>Panorama da relação de gênero, raça e corporeidade na rede federal de ensino:</p> <p>A. Implementação dos Núcleos de</p>	<p>Exclusão</p>		<p>O parágrafo anuncia um trajeto de construção do texto, mas o desenvolvimento não faz este percurso.</p>

	<p>Estudos de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDs);</p> <p>B. Os Núcleos de estudos afro-brasileiros e indígenas (NEABIs);</p> <p>C. Os Núcleos de apoio às pessoas com necessidades educacionais específicas (NAPNEs) e implantação do AEE;</p> <p>D. A terceirização no atendimento ao aluno PCD/TEA/Neurodivergente.</p>			
<p>Texto 9 - Educação Inclusiva e Diversidade parágrafo 121</p>	<p>Por onde ir? Possíveis caminhos da política para a inclusão e a diversidade na rede federal de ensino:</p> <p>A. O enfrentamento às barreiras atitudinais nos regimentos escolares</p> <p>B. A cultura capacitista à revelia das Leis de inclusão;</p>	<p>Exclusão</p>		<p>O parágrafo anuncia um trajeto de construção do texto, mas o desenvolvimento não faz este percurso.</p>

	C. Quem cuida de quem cuida?			
Texto 9 - Educação Inclusiva e Diversidade parágrafo 2	<p>A discriminação, como expressão da opressão e da exploração dos corpos, atua como um fundamento da sociedade capitalista, o corpo vale o quanto produz e dessa forma pessoas com deficiência são tratadas como corpos improdutivos, um peso, um conta social, um custo. O conceito biomédico de deficiência reforçou fortemente esse custo social do “infortúnio pessoal” de ser uma pessoa com deficiência e, ainda que tenhamos avançado nos estudos e, em certa medida, nas leis e na produção literária sobre o tema, na prática vivemos sob fortes evidências das bases opressoras do capitalismo e a violência da exploração da mão de obra, até que não lhe reste mais nenhuma força para</p>	Alteração	<p>A discriminação, como expressão da opressão e da exploração dos corpos, atua como um fundamento da sociedade capitalista, o corpo vale o quanto produz e dessa forma pessoas com e deficiência são tratadas como corpos improdutivos, um peso, um conta social, um custo. O conceito biomédico de deficiência reforçou fortemente esse custo social do “infortúnio pessoal” de ser uma pessoa com deficiência e, ainda que tenhamos avançado nos estudos e, em certa medida, nas leis e na produção literária sobre o tema, na prática vivemos sob fortes evidências das bases opressoras do capitalismo e a violência da exploração da mão de obra, até que não lhe reste mais nenhuma força para</p>	Correção digitação.

	produzir mais valor		produzir mais valor.	
Texto 9 - Educação Inclusiva e Diversidade parágrafo 7	<p>As deficiências medidas pela incapacidade física de realizar trabalho é um fator de propulsão para da discriminação na sociedade capitalista. Pessoas com deficiência sempre existiu, mas o número de lesionados de guerra promove um aumento significativo de PCD. Essas pessoas, homens em sua vasta maioria, eram colocados em instituições e ali passavam a viver, recebendo cuidados médicos e assistências. Essa forma de lidar com a grande maioria das pessoas com deficiência, agora produzidas por uma ação do estado, trazia para a conta pública dos países em guerra o custo de sua existência, no entanto o atendimento era cada vez mais precário. O aparecimento do fuzil de guerra determina o grau de lesão possível</p>	Alteração	<p>As deficiências medidas pela incapacidade física de realizar trabalho é um fator de <b>propulsão</b> para da discriminação na sociedade capitalista. Pessoas com deficiência sempre <b>existiram</b>, mas o número de lesionados de guerra promove um aumento significativo de PCD. Essas pessoas, homens em sua vasta maioria, eram colocados em instituições e ali passavam a viver, recebendo cuidados médicos e assistências. Essa forma de lidar com a grande maioria das pessoas com deficiência, agora produzidas por uma ação do estado, trazia para a conta pública dos países em guerra o custo de sua existência, no entanto o atendimento era cada vez mais precário. O aparecimento do fuzil de guerra determina o grau de lesão possível</p>	Correção ortográfica e de concordância.

	<p>de atingir um soldado e o custo de um soldado inclui também o custo de cuidar dele quando lesionado em combate, dessa maneira, os hospitais vão deixando de ser instituições sociais e passam a ter um papel de cura, reunindo em um mesmo ambiente médicos e enfermeiros/enfermeiras em tempo integral.</p>		<p>de atingir um soldado e o custo de um soldado inclui também o custo de cuidar dele quando lesionado em combate, dessa maneira, os hospitais vão deixando de ser instituições sociais e passam a ter um papel de cura, reunindo em um mesmo ambiente médicos e enfermeiros/enfermeiras em tempo integral.</p>	
<p>Texto 9 - Educação Inclusiva e Diversidade parágrafo 12</p>	<p>A relação sistemática das opressões com a exploração consiste em oprimir para melhor explorar. Não como escolha do capital, mas como necessidade. Por isso não existe capitalismo sem capacitismo, assim como não existe capitalismo sem racismo, machismo ou lgbtfobia. No caso particular brasileiro, acrescentamos o preconceito regional contra nortistas e nordestinos, igualmente fundamental nesta mediação</p>	<p>Alteração</p>	<p>A relação sistemática das opressões com a exploração consiste em oprimir para melhor explorar. Não como escolha do capital, mas como necessidade. Por isso não existe capitalismo sem capacitismo, assim como não existe capitalismo sem racismo, machismo ou lgbtfobia. No caso particular brasileiro, acrescentamos o preconceito regional contra nortistas e nordestinos, igualmente fundamental nesta mediação opressões-explor</p>	<p>Sugestão de nova redação para a frase em destaque pois não ficou bem claro. (solicitando esclarecimento se o sentido da frase foi compreendido corretamente por nosso GT.)</p>

	<p>opressões-exploração, reflexos da opressão e da exploração capitalistas. É através desta premissa que a questão das s pode ser pensada apartada da sua dimensão de classe. Os vários grupos e segmentos que existem no interior da classe trabalhadora, têm a mesma substância de classe, que os unificam. Entretanto, experimentam e vivem objetivamente o seu ser de classe trabalhadora, no cotidiano, de maneiras muito diferentes e particulares.</p>		<p>ação, reflexos da opressão e da exploração capitalistas. <b>A partir desta premissa que a questão não pode ser pensada apartada da sua dimensão de classe.</b> Os vários grupos e segmentos que existem no interior da classe trabalhadora, têm a mesma substância de classe, que os unificam. Entretanto, experimentam e vivem objetivamente o seu ser de classe trabalhadora, no cotidiano, de maneiras muito diferentes e particulares.</p>	
<p>Texto 9 - Educação Inclusiva e Diversidade Parágrafo 11a.</p>		<p>Acréscimo após parágrafo 11.</p>	<p>Os institutos federais, imersos numa perspectiva masculina de profissionalização, se apresentam como espaços impeditivos para as mulheres crescerem e ascenderem profissionalmente. O patriarcado historicamente relega às mulheres a responsabilidade pela reprodução social, em atividades de cuidado das</p>	<p>Problematização acerca do espaço de atuação das mulheres.</p>

			<p>crianças, idosos, pessoas com necessidades específicas, além do trabalho doméstico dentro de seus lares. As sobrecargas das mulheres (em especial para as mães), o machismo, as violências e a naturalização nesses espaços masculinizados estruturam uma cultura institucional de invisibilidade e falta de mulheres em espaços de gestão e liderança. A responsabilização feminina pelas atividades de reprodução social, a cultura patriarcal dos institutos, bem como a falta de política institucional que dê fomento à inserção das mulheres, que apoie a maternidade, causam sofrimento e exclusão feminina das atividades e liderança na educação profissional. Dentro do sindicato essa realidade não é diferente, com reprodução do machismo e do patriarcado. Neste sentido, é</p>	
--	--	--	--	--

			<p>fundamental lutar por políticas institucionais para ascensão das mulheres nas funções de gestão, com paridade em todos os cargos de direção, assim como ações cotidianas que viabilizem a maternidade sem prejuízo da carreira, como por exemplo vagas de TAEs e docentes substitutos para mães por até 2 anos após o fim da licença, visando que estas mesmas voltando ao trabalho, tenham mais flexibilidade em horários e funções. Também é fundamental assegurar que as micro violências do cotidiano (interrupções da fala, posse de ideias das mulheres), além de assédios diversos, sejam efetivamente combatidas.</p>	
<p>Texto 9 - Educação Inclusiva e Diversidade parágrafo 30</p>	<p>Mais que política de cotas é preciso termos que a permanência nas instituições de ensino seja garantida. A cada dez estudantes negros que ingressam no</p>	<p>Alteração</p>	<p>Mais que política de cotas é preciso termos que a permanência nas instituições de ensino seja garantida, <b>através de programas específicos para acompanhamento da trajetória</b></p>	<p>Alteração proposta com objetivo de reforçar a questão e indicar proposição que contribua com a permanência destes estudantes.</p>

	<p>Ensino Médio, apenas 6 concluem, essa taxa é a mesma para pessoas autodeclaradas pardas e, são bem menores do que o número de evasão para autodeclarados brancos. A violência tem cor e endereço no Brasil, o genocídio do povo preto nas periferias das cidades são variável importante nos índices de evasão. A violência contra mulher e o racismo menstrual estão presentes no dia a dia das escolas e são carregados pelos corpos atravessados por essas variáveis, na sua grande maioria, meninas pardas, pretas, indígenas, descendentes e quilombolas. A diversidade da população não está refletida no quadro de servidores das instituições e essa falta de representatividade precisa ser quebrada.</p>		<p>escolar destes estudantes. A cada dez estudantes negros que ingressam no Ensino Médio, apenas 6 concluem, essa taxa é a mesma para pessoas autodeclaradas pardas e, são bem menores do que o número de evasão para autodeclarados brancos. A violência tem cor e endereço no Brasil, o genocídio do povo preto nas periferias das cidades são variável importante nos índices de evasão. A violência contra mulher e o racismo menstrual estão presentes no dia a dia das escolas e são carregados pelos corpos atravessados por essas variáveis, na sua grande maioria, meninas pardas, pretas, indígenas, descendentes e quilombolas. A diversidade da população não está refletida no quadro de servidores das instituições e essa falta de representatividade</p>	
--	---	--	--	--

			e precisa ser quebrada.	
Texto 10 - Expansão da RFEPCT parágrafo 1	Muito se tem escrito nos últimos anos sobre expansão da Rede <sup>33</sup> Federal de Educação Profissional (RFEPCT) na perspectiva de que essa modalidade de ensino venha a atender às exigências paradigmáticas do século XXI e possa chegar ao interior de todas as regiões do país. Os documentos oficiais <sup>34</sup> que tratam dos Institutos Federais destacam que, desde os primeiros registros e debates sobre a implantação, as discussões sempre estiveram relacionadas ao conjunto de políticas para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) em curso. Reafirmando que para a formação humana e cidadã seja uma realidade, essa precede da qualificação para o exercício da	Alteração	Muito se tem escrito nos últimos anos sobre expansão da Rede <sup>33</sup> Federal de Educação Profissional (RFEPCT) na perspectiva de que esta venha a atender às exigências paradigmáticas do século XXI e possa chegar ao interior de todas as regiões do país. Os documentos oficiais <sup>34</sup> que tratam dos Institutos Federais destacam que, desde os primeiros registros e debates sobre a implantação, as discussões sempre estiveram relacionadas ao conjunto de políticas para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) em curso. Reafirmando que para a formação humana e cidadã seja uma realidade, essa precede da qualificação para o exercício da	Considerando que a palavra modalidade de ensino tem significados múltiplos, podendo ser também compreendida como se esta educação é a distância ou presencial, por exemplo, entendemos que desta forma a redação fica mais clara.

	<p>laboralidade e pautando-se no compromisso de assegurar aos profissionais formados a capacidade de manter-se permanentemente em desenvolvimento.</p>		<p>assegurar aos profissionais formados a capacidade de manter-se permanentemente em desenvolvimento.</p>	
<p>Texto 10 - Expansão da RFEPCT parágrafo 11</p>	<p>Kuenzer (2007a) destaca, que a escola estava voltada para atender uma finalidade moral de repressão, caracterizando a primeira aparição da formação profissional como política pública numa perspectiva moralizadora da formação do caráter pelo trabalho. Diversos autores consideram essa fase da Educação Profissional como um período onde a concepção de modalidade de ensino se voltava exclusivamente para os menos favorecidos. Dessa feita, constata-se que “sem dúvida, essa foi uma primeira tentativa do Estado na organização da área de formação profissional, embora, ainda sob uma justificativa</p>	<p>Alteração</p>	<p>Kuenzer (2007a) destaca que a escola estava voltada para atender uma finalidade moral de repressão, caracterizando a primeira aparição da formação profissional como política pública numa perspectiva moralizadora da formação do caráter pelo trabalho. Diversos autores consideram essa fase da Educação Profissional como um período onde a concepção desta política pública se voltava exclusivamente para os menos favorecidos. Dessa feita, constata-se que “sem dúvida, essa foi uma primeira tentativa</p>	<p>Considerando que a palavra modalidade de ensino tem significados múltiplos, podendo ser também compreendida como se esta educação é a distância ou presencial, por exemplo, entendemos que desta forma a redação fica mais clara.</p>

	discriminadora e reducionista, atrelada aos interesses econômicos” (SOBRAL, 2009, p. 81).			
Texto 10 - Expansão da RFEPCT parágrafo 24	Para Kuenzer (2007b, p. 25) a Lei n. 7.044/82, “acabou por se constituir em novo arranjo conservador, reafirmando a escola como um espaço para os já incluídos nos benefícios da produção e do consumo de bens materiais e culturais”. De modo que, a lei veio restabelecer, teoricamente, a dualidade de ensino que se configura por escolas profissionais para os que não podem estudar e escola acadêmica propedêutica para aqueles que têm possibilidade de ascensão na hierarquia educacional.	Alteração	Para Kuenzer (2007b, p. 25) a Lei n. 7.044/82, “acabou por se constituir em novo arranjo conservador, reafirmando a escola como um espaço para os já incluídos nos benefícios da produção e do consumo de bens <b>materiais</b> e culturais”. De modo que, a lei veio restabelecer, teoricamente, a dualidade de ensino que se configura por escolas profissionais para os que não podem estudar e escola acadêmica propedêutica para aqueles que têm possibilidade de ascensão na hierarquia educacional.	Correção digitação.
Texto 10 - Expansão da RFEPCT parágrafo 40	As reformas da educação profissional, no Brasil, na década de 1990 trouxeram para o	Alteração	As reformas da educação profissional, no Brasil, na década de 1990 trouxeram para o	Correção digitação.

	<p>debate a noção de competências, um conceito que até então, não fazia parte do vocábulo dos ideólogos da educação a profissional, pelo ao menos até a metade dos anos de 1990, visto que não está presente na LDB 1996. Batista (2011), afirma que ideólogos das reformas da educação profissional dos anos 1990, encrustados no Conselho Nacional de Educação (CNE), foram os responsáveis pela consolidação legal da noção de competências no Brasil, mesclando textos legais, tornando-os uma compilação de peças literárias e/ou científicas, porém com uma predominância da ideologia pós-moderna que fragmenta o pensamento e radicaliza o julgamento estético fundado no individualismo.</p>		<p>debate a noção de competências, um conceito que até então, não fazia parte do vocábulo dos ideólogos da educação a profissional, pelo <del>ao</del> menos até a metade dos anos de 1990, visto que não está presente na LDB 1996. Batista (2011), afirma que ideólogos das reformas da educação profissional dos anos 1990, encrustados no Conselho Nacional de Educação (CNE), foram os responsáveis pela consolidação legal da noção de competências no Brasil, mesclando textos legais, tornando-os uma compilação de peças literárias e/ou científicas, porém com uma predominância da ideologia pós-moderna que fragmenta o pensamento e radicaliza o julgamento estético fundado no individualismo.</p>	
<p>Texto 10 - Expansão da RFEPCT parágrafo 41</p>	<p>É importante destacar que essas reformas</p>	<p>Alteração</p>	<p>É importante destacar que essas reformas</p>	<p>Correção ortográfica.</p>

	<p>implementadas pelo governo de FHC, insere-se em um contexto ideológico maior, o neoliberalismo<sup>43</sup>. Vinculando-se portanto, ao conjunto de medidas que foram da privatização de empresas estatais à reforma da previdência. No que diz respeito a educação profissional, no governo FHC, a aprovação do Decreto n. 2.208/97, representou um retrocesso histórico ao romper com a proposta que vinha sendo estruturada nas últimas décadas do século XX que buscava um caminho para o aperfeiçoamento da educação integrada, garantida na Lei n. 5.692/71, assim como, para o processo de equivalência entre ensino médio e educação profissional, conquistado legalmente em 1961, com a LDB n. 4.024/61<sup>44</sup>.</p>		<p>implementadas pelo governo de FHC, insere-se em um contexto ideológico maior, o neoliberalismo<sup>43</sup>. Vinculando-se portanto, ao conjunto de medidas que foram da privatização de empresas estatais à reforma da previdência. No que diz respeito à educação profissional, no governo FHC, a aprovação do Decreto n. 2.208/97, representou um retrocesso histórico ao romper com a proposta que vinha sendo estruturada nas últimas décadas do século XX que buscava um caminho para o aperfeiçoamento da educação integrada, garantida na Lei n. 5.692/71, assim como, para o processo de equivalência entre ensino médio e educação profissional, conquistado legalmente em 1961, com a LDB n. 4.024/61<sup>44</sup>.</p>	
--	---	--	---	--

<p>Texto 10 - Expansão da RFEPCT Após o parágrafo 112</p>		<p>Inclusão</p>	<p>Em reunião do Sinasefe com a SETEC, foi noticiado que a proposta de ampliação de mais de trezentos campi, inicialmente apresentada pelo governo, será reduzida para cem campi. No ínterim desse processo de expansão, há de se observar a problemática da política criada na esteira da ampliação da oferta de cursos de curta duração, de qualidade duvidosa, que criam perante os docentes, uma competição com o vínculo aos cursos de reconhecida qualidade, já que os primeiros ocorrem mediante uma política de concessão de bolsas. Esse processo irá, sem sombra de dúvida, criar ingerência de interesses particulares sobre os interesses públicos.</p>	<p>Problematizar a forma como está ocorrendo a expansão, considerando a crise de identidade vivenciada nos IFS, devido ao avanço do discurso hegemônico e neoliberal.</p>
<p>Texto 12 - Acesso, Permanência e Êxito. Parágrafo 9.</p>	<p>Esse texto tem como objetivo indicar perspectivas de avanço frente às</p>	<p>Alteração.</p>	<p>Esse texto tem como objetivo indicar perspectivas de avanço frente às</p>	<p>Retirar a referência ao caso específico do IFSul.</p>

	<p>atuais políticas de ingresso e acesso<sup>84</sup> aos Institutos Federais e às Escolas da Rede, sobretudo no que se refere ao Ensino Médio Integrado, para além dos processos seletivos vigentes. O ingresso e o acesso à educação, em particular ao ensino básico de nível médio e técnico no Brasil, foram temas de intenso debate no século XX, frente às transformações políticas e socioeconômicas que o país passou com o avanço do capitalismo e os pendulares períodos de industrialização e desenvolvimento das forças produtivas. Já no século XXI, com a criação dos Institutos Federais e a expansão e interiorização da rede, alguns passos foram dados, de modo progressivo, como a implantação da Lei 12.711/2012, popularmente conhecida como “Lei de Cotas” e o</p>		<p>atuais políticas de ingresso e acesso<sup>84</sup> aos Institutos Federais e às Escolas da Rede, sobretudo no que se refere ao Ensino Médio Integrado, para além dos processos seletivos vigentes. O ingresso e o acesso à educação, em particular ao ensino básico de nível médio e técnico no Brasil, foram temas de intenso debate no século XX, frente às transformações políticas e socioeconômicas que o país passou com o avanço do capitalismo e os pendulares períodos de industrialização e desenvolvimento das forças produtivas. Já no século XXI, com a criação dos Institutos Federais e a expansão e interiorização da rede, alguns passos foram dados, de modo progressivo, como a implantação da Lei 12.711/2012, popularmente conhecida como “Lei de Cotas” e o</p>	
--	--	--	--	--

	<p>aumento do número de vagas. No entanto, passado uma década da criação dos Institutos, se percebe que persistem os filtros sociais que sempre acompanharam o ingresso da(o)s estudantes, por meio de uma visão meritocrática residual baseada na ideia de competição como princípio social fundamental. Em primeiro lugar, esses filtros se expressam no processo seletivo — a porta de ingresso aos institutos e às escolas da rede — a partir do qual se seleciona, dentre os postulantes, os mais bem pontuados. Pelos números da plataforma Nilo Peçanha, menos de 40% do total de inscritos para uma vaga em qualquer modalidade de oferta realmente ingressam, ou seja, mais de 60% do público interessado em estudar na rede fica de fora. Se detalharmos para o caso da oferta de Ensino Médio</p>		<p>aumento do número de vagas. No entanto, passado uma década da criação dos Institutos, se percebe que persistem os filtros sociais que sempre acompanharam o ingresso da(o)s estudantes, por meio de uma visão meritocrática residual baseada na ideia de competição como princípio social fundamental. Em primeiro lugar, esses filtros se expressam no processo seletivo — a porta de ingresso aos institutos e às escolas da rede — a partir do qual se seleciona, dentre os postulantes, os mais bem pontuados. Pelos números da plataforma Nilo Peçanha, menos de 40% do total de inscritos para uma vaga em qualquer modalidade de oferta realmente ingressam, ou seja, mais de 60% do público interessado em estudar na rede fica de fora. Se detalharmos para o caso da oferta de Ensino Médio</p>	
--	--	--	--	--

	<p>Integrado, os números demonstram que esse número se aproxima de 80%<sup>85</sup>. Por mais que as políticas de cotas tenham 50% das vagas destinadas, como no caso do IFSul, o processo persiste orientado pela competição, permitindo que apenas a parcela mais bem sucedida da(o)s postulantes, mesmo entre a(o)s pertencentes aos grupos identificados com essa política, possa realmente ingressar no instituto. Nesse sentido, retroage a partir dessa política um efeito excludente: aquela(e)s estudantes que tiveram acesso a uma escola mais qualificada ou a um curso preparatório, deverão ter mais sucesso ao tentar ingressar nos institutos. Deste modo o ensino médio da rede fica restrito àquela(e)s estudantes que já passaram com relativo êxito pelo ensino fundamental. Isso coloca em xeque, inclusive, o</p>		<p>Integrado, os números demonstram que esse número se aproxima de 80%<sup>85</sup>. Por mais que as políticas de cotas tenham 50% das vagas destinadas, o processo persiste orientado pela competição, permitindo que apenas a parcela mais bem sucedida da(o)s postulantes, mesmo entre a(o)s pertencentes aos grupos identificados com essa política, possa realmente ingressar no instituto. Nesse sentido, retroage a partir dessa política um efeito excludente: aquela(e)s estudantes que tiveram acesso a uma escola mais qualificada ou a um curso preparatório, deverão ter mais sucesso ao tentar ingressar nos institutos. Deste modo o ensino médio da rede fica restrito àquela(e)s estudantes que já passaram com relativo êxito pelo ensino fundamental. Isso coloca em xeque, inclusive, o desempenho dos</p>	
--	--	--	--	--

	<p>desempenho dos Institutos Federais e das escolas da rede nos testes de avaliação, já que o ingresso e o acesso dos estudantes na rede se dá àquela(e)s mais qualificada(o)s. Portanto, pode-se inferir que o processo educativo na rede é realizado dentro de certos parâmetros de "conforto pedagógico" no que se refere ao acesso dos discentes, já que os docentes desenvolvem suas atividades com os estudantes "mais exitosos", desde o ingresso.</p>		<p>Institutos Federais e das escolas da rede nos testes de avaliação, já que o ingresso e o acesso dos estudantes na rede se dá àquela(e)s mais qualificada(o)s. Portanto, pode-se inferir que o processo educativo na rede é realizado dentro de certos parâmetros de "conforto pedagógico" no que se refere ao acesso dos discentes, já que os docentes desenvolvem suas atividades com os estudantes "mais exitosos", desde o ingresso.</p>	



**SINASEFE - SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES FEDERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONAL**  
**SEÇÃO SINDICAL DE RIO DO SUL-SC**  
**CNPJ-MF nº000.569.531/0001-08**

DOCUMENTO COM A CONTRIBUIÇÃO DAS BASES PARA O CADERNO DE TEXTOS DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS E CULTURAIS:

Título e número do texto e número do parágrafo	Texto original (copiar do caderno)	Indicar se é acréscimo, alteração ou supressão	Proposta da seção	Breve justificativa
<b>Texto 5: A extensão na consolidação da identidade da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica</b>		Acréscimo no final do texto	<p>119. Propostas para Melhorias na Extensão nas Instituições de Ensino</p> <p>Embora tenhamos um texto com discussão bem aprofundada e uma série de considerações sobre a importância da extensão, reconhecemos a necessidade de traduzir nossos insights em ações práticas.</p> <p>120. Para isso, propomos que o sindicato atue como um agente de mudança, reivindicando políticas públicas junto a órgãos relevantes, como o CONIFE, SETEC e reitorias das instituições de ensino, para abordar as questões cruciais da extensão educacional.</p> <p>Abaixo, apresentamos propostas concretas para aprimorar a extensão nas instituições de ensino:</p> <p>121 a). Criação de uma Revista de Extensão</p>	É necessário pensarmos coletivamente em propostas concretas para alcançarmos uma verdadeira consolidação da extensão na rede.



**SINASEFE - SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES FEDERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONAL**  
**SEÇÃO SINDICAL DE RIO DO SUL-SC**  
**CNPJ-MF n000.569.531/0001-08**

			<p>Tecnológica e Catálogo de Extensão Regional:</p> <p>É fundamental que as instituições de ensino estabeleçam uma revista de extensão tecnológica que funcione como um veículo centralizado para a admissão de projetos desenvolvidos nos campi. Além disso, a criação de um catálogo de extensão regional facilitaria a visibilidade e o acesso aos projetos, conectando as instituições com a comunidade local.</p> <p>122 b) Organização, dentro dos meios de comunicação institucional já existentes (youtube e redes sociais) um espaço específico para a divulgação de trabalhos e manifestação dos setores da comunidade organizada em parceria com a instituição na busca por resolução de problemas.</p> <p>123 c) Ampliação de Bolsas de Pesquisa com Enfoque em Investimentos:</p> <p>Atualmente, a maioria dos financiamentos para projetos de extensão são voltados para custeio, deixando de lado a necessidade de investimentos em infraestrutura e equipamentos. O sindicato deve buscar políticas para a ampliação de bolsas de pesquisa que contemplem especificamente esses</p>	
--	--	--	---	--



SINASEFE

**SINASEFE - SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES FEDERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONAL**  
**SEÇÃO SINDICAL DE RIO DO SUL-SC**  
**CNPJ-MF n000.569.531/0001-08**

			<p>itens, incentivando projetos mais robustos e impactantes.</p> <p>124 d) Simplificação das Burocracias na Submissão e Prestação de Contas:</p> <p>Reconhecemos que as instituições de ensino têm seus próprios órgãos reguladores, como o CONSUPER, para legislar sobre a extensão. No entanto, sugerimos que haja uma padronização nacional e orientações específicas para os Institutos Federais, visando simplificar processos. Por exemplo, poderiam ser implementadas prestações de contas parciais e finais, reduzindo a frequência de relatórios mensais. A eliminação de requisitos excessivamente burocráticos, como listas de frequência imagens para comprovação;</p> <p>125 e) Ampliação de Bolsas e Fomento para a Coordenação de Projetos de Extensão:</p> <p>Reconhecendo o papel crucial dos coordenadores de projetos de extensão, sugerimos a criação de bolsas específicas para esses profissionais. Isso incentivaria a participação ativa da comunidade escolar na promoção de práticas de extensão. Além disso, recursos adicionais de fomento para a execução dos</p>	
--	--	--	--	--



**SINASEFE - SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES FEDERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONAL**  
**SEÇÃO SINDICAL DE RIO DO SUL-SC**  
**CNPJ-MF nº000.569.531/0001-08**

			<p>projetos seriam igualmente benéficos, permitindo a realização de atividades mais abrangentes e impactantes.</p> <p>126 f) Essas propostas têm o objetivo de tornar a extensão nas instituições de ensino mais eficiente, acessível e orientada para resultados concretos. O sindicato, ao advogar por essas medidas, pode desempenhar um papel fundamental na melhoria do cenário da extensão educacional no Brasil, promovendo uma maior interação entre as instituições e suas comunidades locais, ao mesmo tempo em que fortalece a colaboração entre os envolvidos.</p>	
<b>Texto 5: Educação inclusiva e Diversidade</b>		Acréscimo no final do texto	<p>35. Promovendo a Equidade e a Inclusão: Propostas Concretas para Ações Afirmativas em Instituições de Ensino</p> <p>36. Como mencionado anteriormente, reconhecemos a importância de traduzir nossas aspirações em ações concretas para promover a equidade e a inclusão de grupos minoritários nas instituições de ensino. Propomos que o sindicato atue como um agente de mudança, reivindicando políticas públicas junto a órgãos como o CONIF, SETEC e reitorias, com foco na</p>	É necessário pensarmos coletivamente em propostas concretas para alcançarmos uma verdadeira consolidação da extensão na rede.



SINASEFE

**SINASEFE - SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES FEDERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONAL**  
**SEÇÃO SINDICAL DE RIO DO SUL-SC**  
**CNPJ-MF n000.569.531/0001-08**

			<p>permanência e no sucesso desses grupos minoritários. Além disso, propomos a implementação de legislações que permitam ações afirmativas após a entrada no serviço público. Abaixo, apresentamos propostas pragmáticas para alcançar esses objetivos:</p> <p>37. a). Ações Afirmativas nos Programas de Pós-Graduação:</p> <p>É essencial que os programas de pós-graduação promovam a inclusão social por meio de ações afirmativas. Isso pode ser alcançado por meio de cotas e políticas de incentivo que facilitem o acesso de grupos minoritários a programas de pós-graduação. Além disso, é importante criar um ambiente inclusivo que apoie o desenvolvimento acadêmico desses estudantes, proporcionando-lhes recursos e orientação adequados.</p> <p>38. b) Reservas de Vagas em Projetos de Pesquisa, Ensino e Extensão:</p> <p>Para garantir uma maior participação de grupos minoritários em projetos de pesquisa, ensino e extensão, é sugerido estabelecer reservas de vagas especificamente destinadas a esses estudantes. Isso</p>	
--	--	--	---	--



**SINASEFE - SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES FEDERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONAL**  
**SEÇÃO SINDICAL DE RIO DO SUL-SC**  
**CNPJ-MF n000.569.531/0001-08**

			<p>não apenas promoverá a equidade, mas também enriquecerá a diversidade de perspectivas nos projetos, enriquecendo a qualidade das iniciativas.</p> <p>39. c) Aceleração e Acompanhamento de Estudantes com Superdotação:</p> <p>Reconhecemos a importância de apoiar estudantes com superdotação e promover a aceleração de seus estudos. O sindicato pode pleitear programas de aceleração acadêmica, oferecendo recursos adicionais, mentorias e acompanhamento personalizado para atender às necessidades desses estudantes. Isso permitirá que eles alcancem todo o seu potencial acadêmico.</p> <p>40. d) Garantia de acessibilidade arquitetônica (rampas, elevadores, banheiros etc); comunicação acessível (intérpretes de LIBRAS, materiais didáticos acessíveis, sistemas de comunicação alternativa); tecnologia assistiva (leitores de tela, softwares de reconhecimento de voz, teclados adaptados etc); mobiliário e espaço físico adequados; capacitação de servidores; acessibilidade digital (sites e plataformas de ensino seguindo diretrizes de acessibilidade na web), para todos os níveis de ensino, desde o ensino</p>	
--	--	--	--	--



**SINASEFE - SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES FEDERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONAL**  
**SEÇÃO SINDICAL DE RIO DO SUL-SC**  
**CNPJ-MF n000.569.531/0001-08**

			<p>fundamental até a pós-graduação</p> <p>41. Além dessas ações, é fundamental buscar a implementação de legislações que permitam ações afirmativas após a entrada no serviço público, garantindo que grupos minoritários tenham oportunidades iguais de progresso e ascensão profissional, como reserva de vagas nos editais internos de capacitação e/ou afastamento.</p> <p>42. Essas propostas têm o objetivo de transformar nossas aspirações em realidades tangíveis. Ao reivindicar políticas públicas e implementar ações afirmativas, o sindicato pode desempenhar um papel significativo na construção de instituições de ensino mais inclusivas, onde a diversidade é valorizada e todos os estudantes têm igualdade de oportunidades para alcançar o sucesso acadêmico e profissional.</p>	
<b>Texto 4: Gestão Democrática</b>	<b>5. A burguesia local</b> temendo perder seus privilégios e regalias impõe ao seu governo (Temer/MDB) serviçal uma agenda de	Substituição	<b>5. As elites</b> , temendo temendo perder seus privilégios e regalias impõem(...)	Nos moldes em que se apresenta a organização do capitalismo global, ainda cabe falar em



**SINASEFE - SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES FEDERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONAL**  
**SEÇÃO SINDICAL DE RIO DO SUL-SC**  
**CNPJ-MF n000.569.531/0001-08**

	<p>supressão dos direitos da classe trabalhadora que podemos demonstrar através da aprovação da Emenda Constitucional 95/2016 que, entre outras questões, limita durante vinte (20) anos os gastos em políticas sociais.</p>			<p>burguesia local? A derrubada de Dilma não teria sido pela retirada das garantias da remuneração do capital especulativo, sem a definição de um outro mecanismo que atendesse os anseios do sistema financeiro? Isso fica evidente na política do atual governo, que substituiu o teto de gastos pelo arcabouço fiscal(garantia do pagamento dos títulos da dívida pública negociados no</p>
--	--	--	--	--



SINASEFE

**SINASEFE - SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES FEDERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONAL**  
**SEÇÃO SINDICAL DE RIO DO SUL-SC**  
**CNPJ-MF n000.569.531/0001-08**

				<p>sistema financeiro) . Lembremos que Dilma tentou acabar com o teto de gastos e ainda reduziu a taxa Celic, colocando em pane os especuladores financeiros - que não são somente nacionais, pois o capital financeiro não tem mais nacionalidade. O Brasil se desindustrializou e as poucas empresas nacionais que sobraram têm seus rendimentos advindos mais da</p>
--	--	--	--	---

Rua Prefeito Raulino João Rosar, nº 140, Edifício Grace Maria, Sala Comercial Térrea nº 02, bairro Jardim América, Rio do Sul - SC, 89160-184 - CEP 89160-184. Rio do Sul/SC



**SINASEFE - SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES FEDERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONAL**  
**SEÇÃO SINDICAL DE RIO DO SUL-SC**  
**CNPJ-MF n000.569.531/0001-08**

				compra e venda de ações na bolsa, do que na exploração da mais-valia no seu produtos. Portanto cremos que esta afirmação não caberia mais. Além disso, esta ruptura se dá num contexto diferente de 1964.
<b>Texto 1 - Ensino Médio Integrado</b>		Acréscimo ao parágrafo 39.	39.1 - Fortalecimento da Carreira no Ensino Médio Integrado: Ampliando Acesso ao Mestrado e Doutorado. 39.1.1. A educação é um pilar fundamental para o desenvolvimento de qualquer sociedade. No entanto, é crucial não apenas focar no ensino de base, mas também na capacitação e valorização dos profissionais que aprimoram a qualidade desse ensino. No Brasil, muitos servidores da educação não conseguem	É necessário pensarmos nos desdobramentos que seriam precisos para efetivar o fortalecimento real do Ensino Médio Integrado.



SINASEFE

**SINASEFE - SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES FEDERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONAL**  
**SEÇÃO SINDICAL DE RIO DO SUL-SC**  
**CNPJ-MF n000.569.531/0001-08**

			<p>acessar programas de mestrado e doutorado, o que acaba por impedir sua ascensão na carreira. Este problema não apenas afeta o desenvolvimento individual desses servidores, mas também impacta a qualidade do ensino oferecido aos alunos. Estes tópicos propõem uma ideia para fortalecer a carreira no Ensino Médio Integrado, focando na ampliação do acesso a programas de mestrado e doutorado e na qualificação profissional dos servidores.</p> <p>39.1.2 .Ampliação de Programas MINTER e DINTER: Uma maneira de resolver o problema da falta de acesso a mestrado e doutorado é buscar junto à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) a ampliação dos programas MINTER (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) e DINTER (Doutorado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica). Esses programas têm como objetivo capacitar os profissionais da educação para atuarem em instituições de ensino técnico e tecnológico.</p> <p>39.1.3 .A SETEC pode ser um órgão fundamental para apoiar essa expansão, promovendo parcerias com instituições de ensino superior, facilitando a criação de novos polos de mestrado e doutorado profissionais e disponibilizando recursos para bolsas de estudo, tornando esses programas mais acessíveis a um</p>	<p>A base entendeu que esta proposta seria mais completa se contemplasse mudanças na educação brasileira como um todo, desde a educação básica.</p>
--	--	--	---	---



SINASEFE

**SINASEFE - SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES FEDERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONAL**  
**SEÇÃO SINDICAL DE RIO DO SUL-SC**  
**CNPJ-MF n000.569.531/0001-08**

			<p>número maior de servidores.</p> <p>39.2 Ampliação da Pós EPT para Outros Campi: Outra estratégia para fortalecer a carreira dos servidores é a ampliação da oferta de cursos de pós-graduação voltados para a Educação Profissional e Tecnológica (Pós EPT) em diferentes campi. Isso pode ser feito por meio da criação de novos cursos de pós-graduação e parcerias com instituições de ensino superior que ofereçam programas compatíveis com a formação dos servidores.</p> <p>39.2.1 A ampliação da Pós EPT para outros campi visa atender servidores que não têm acesso facilitado a polos de ensino superior, tornando a qualificação profissional mais acessível em todo o país.</p> <p>39.2.2 Estabelecimento de Metas de Qualificação: Para garantir que o fortalecimento da carreira seja eficaz, é importante estabelecer metas de qualificação para os servidores. Isso implica em criar um plano estratégico que estabeleça prazos para que todos os servidores tenham, no mínimo, um mestrado. Essas metas devem ser acompanhadas de políticas de incentivo, como bolsas de estudo, licenças remuneradas para estudo e reconhecimento da formação acadêmica na progressão da carreira.</p> <p>39.2.3 O fortalecimento da carreira no Ensino Médio Integrado passa necessariamente pela ampliação do</p>	
--	--	--	---	--



SINASEFE

**SINASEFE - SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES FEDERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONAL**  
**SEÇÃO SINDICAL DE RIO DO SUL-SC**  
**CNPJ-MF n000.569.531/0001-08**

			<p>acesso a programas de mestrado e doutorado, bem como pela valorização da formação profissional. Buscar a parceria da SETEC, expandir os programas MINTER e DINTER, ampliar a Pós EPT para outros campi e estabelecer metas de qualificação são estratégias eficazes para alcançar esse objetivo. Essas ações não apenas beneficiarão os servidores, mas também contribuirão para a melhoria da qualidade do ensino técnico e tecnológico oferecido aos alunos, promovendo o desenvolvimento educacional e econômico do país.</p>	
<b>Texto 1 - Ensino Médio Integrado</b>		Acréscimo ao final do texto	<p>48. PROPOSTA DE DEBATE DENTRO DA AMPLIAÇÃO DESTE ENSINO MÉDIO: Federalizar o Ensino Médio. Tirar das mãos dos estados a educação. De acordo com o FNDE, desde o início do ano, o valor repassado para a educação básica aos estados, no âmbito do Fundeb, foi de R\$ 193,8 bilhões. Os números são imensuráveis e a educação é um dos grandes desvios de corrupção. Em uma pesquisa básica, a Educação a nível estadual em muitos casos carece de qualidade e não é por falta de recurso, é gestão e algo precisa ser feito.</p> <p>49. FEDERALIZAR JÁ: Reformulando a Estrutura da</p>	



SINASEFE

**SINASEFE - SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES FEDERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONAL**  
**SEÇÃO SINDICAL DE RIO DO SUL-SC**  
**CNPJ-MF n000.569.531/0001-08**

			<p>Educação no Brasil : A qualidade da educação no Brasil é uma preocupação constante, e a estrutura atual, com um sistema altamente descentralizado, tem apresentado desafios significativos. Muitos especialistas defendem a federalização da educação como uma medida para melhorar a equidade e a qualidade do ensino em todo o país. É preciso pensar na importância da federalização e como uma reestruturação da educação pode contribuir para um sistema de ensino mais eficaz e inclusivo. Pensar em um ensino médio Integrado forte perpassa a necessidade de pensar uma educação estruturada de maneira diferente ao que temos hoje.</p> <p>50. I. Educação Infantil - A CARGO DOS MUNICÍPIOS - A educação infantil é o alicerce do desenvolvimento das crianças. Atualmente, a responsabilidade por essa etapa recai quase que totalmente sobre os municípios, com apenas algumas exceções a cargo da rede federal. No entanto, é importante observar que: Dados mostram que o acesso e a qualidade da educação infantil variam significativamente de município para município. O fortalecimento da emancipação permite a padronização de diretrizes pedagógicas, garantindo que todas as crianças tenham acesso a uma educação</p>	
--	--	--	---	--



SINASEFE

**SINASEFE - SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES FEDERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONAL**  
**SEÇÃO SINDICAL DE RIO DO SUL-SC**  
**CNPJ-MF n000.569.531/0001-08**

			<p>de qualidade. Temos situações extremamente positivas da Educação Infantil a cargo da rede federal, como o Colégio Pedro II e colégios de aplicação.</p> <p>51. II. Ensino Fundamental - DOS SETE AOS 12 ANOS : O ensino fundamental hoje está majoritariamente a cargo dos municípios. Sua duração poderia ser do 1º ao 6º ano, uma vez que os resultados educacionais demonstram que: Seria positivo ter apenas um Ensino Fundamental, com uma única etapa a cargo dos municípios (ao invés da divisão entre Fundamental I e II), e cuja matriz curricular tivesse ênfase no português, matemática, língua estrangeira, artes e educação física.</p> <p>52. III. Ensino Médio Integrado Federalizado -DOS TREZE AOS 17 ANOS : O ensino médio integrado, dentro desta proposta, teria a duração de cinco anos, pois é uma etapa crucial na formação dos estudantes. Atualmente, as instituições responsáveis variam, e entende-se que a federalização de todo Ensino Médio poderia trazer benefícios notáveis: Dados revelam que o desempenho dos alunos no ensino médio é heterogêneo, o que pode afetar suas perspectivas futuras. Sob a coordenação dos Institutos Federais, o ensino médio integrado pode proporcionar uma combinação</p>	
--	--	--	--	--



SINASEFE

**SINASEFE - SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES FEDERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONAL**  
**SEÇÃO SINDICAL DE RIO DO SUL-SC**  
**CNPJ-MF n000.569.531/0001-08**

			<p>eficaz de disciplinas técnicas e propedêuticas para melhor preparar os alunos para o mercado de trabalho ou a continuação dos estudos.</p> <p>53. IV. Benefícios da Federalização. A federalização traz consigo vários benefícios:</p> <p>Equidade Educacional: Com padrões nacionais, todos os estudantes teriam igualdade de oportunidades, independentemente de sua localização geográfica.</p> <p>Melhoria da Qualidade: Ao padronizar diretrizes e currículos, a qualidade do ensino pode ser aumentada em todo o país.</p> <p>Melhor Planejamento e Recursos: A coordenação federal pode permitir uma alocação mais eficaz de recursos e uma melhor gestão das políticas educacionais.</p> <p>54. Federalizar para Fortalecer: A federalização do ensino médio integrado no Brasil é uma medida necessária para enfrentar as desigualdades educacionais. Com base nos dados que demonstram as disparidades existentes, essa reestruturação é fundamental para melhorar a qualidade e a equidade do ensino em todo o país.</p> <p>55. A coordenação da União, em parceria com os Institutos Federais, pode criar um sistema educacional mais eficaz e preparar nossos estudantes para um futuro mais promissor. Portanto, a federalização deve</p>	
--	--	--	--	--



SINASEFE

**SINASEFE - SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES FEDERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONAL**  
**SEÇÃO SINDICAL DE RIO DO SUL-SC**  
**CNPJ-MF nº000.569.531/0001-08**

			ser uma prioridade na busca por um sistema educacional mais forte e inclusivo no Brasil e isso é o fortalecimento do Ensino Médio Integrado.	
--	--	--	--	--

DOCUMENTO COM A CONTRIBUIÇÃO DAS BASES PARA O CADERNO DE TEXTOS DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS E CULTURAIS:

Título e número do texto e número do parágrafo	Texto original (copiar do caderno)	Indicar se é acréscimo, alteração ou supressão	Proposta da seção	Breve justificativa
<p><b>Texto 5: A extensão na consolidação da identidade da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica</b></p>		<p>Acréscimo no final do texto</p>	<p>119. Propostas para Melhorias na Extensão nas Instituições de Ensino</p> <p>Embora tenhamos um texto com discussão bem aprofundada e uma série de considerações sobre a importância da extensão, reconhecemos a necessidade de traduzir nossos insights em ações práticas.</p> <p>120. Para isso, propomos que o sindicato atue como um agente de mudança, reivindicando políticas públicas junto a órgãos relevantes, como o CONIFE, SETEC e reitorias das instituições de ensino, para abordar as questões cruciais da extensão educacional.</p> <p>Abaixo, apresentamos propostas concretas para aprimorar a extensão nas instituições de ensino:</p> <p>121 a). Criação de uma Revista de Extensão Tecnológica e Catálogo de Extensão Regional:</p> <p>É fundamental que as instituições de ensino estabeleçam uma revista de extensão tecnológica que funcione como um veículo centralizado para a admissão de projetos desenvolvidos nos campi. Além disso, a criação de um catálogo de extensão regional facilitaria a visibilidade e o acesso aos projetos,</p>	<p>É necessário pensarmos coletivamente em propostas concretas para alcançarmos uma verdadeira consolidação da extensão na rede.</p>

			<p>conectando as instituições com a comunidade local.</p> <p>122 b) Organização, dentro dos meios de comunicação institucional já existentes (youtube e redes sociais) um espaço específico para a divulgação de trabalhos e manifestação dos setores da comunidade organizada em parceria com a instituição na busca por resolução de problemas.</p> <p>123 c) Ampliação de Bolsas de Pesquisa com Enfoque em Investimentos:</p> <p>Atualmente, a maioria dos financiamentos para projetos de extensão são voltados para custeio, deixando de lado a necessidade de investimentos em infraestrutura e equipamentos. O sindicato deve buscar políticas para a ampliação de bolsas de pesquisa que contemplem especificamente esses itens, incentivando projetos mais robustos e impactantes.</p> <p>124 d) Simplificação das Burocracias na Submissão e Prestação de Contas:</p> <p>Reconhecemos que as instituições de ensino têm seus próprios órgãos reguladores, como o CONSUPER, para legislar sobre a extensão. No entanto, sugerimos que haja uma padronização nacional e orientações específicas para os Institutos Federais, visando simplificar processos. Por exemplo, poderiam ser implementadas prestações de contas parciais e finais, reduzindo a frequência de relatórios mensais. A eliminação de requisitos excessivamente burocráticos, como listas de frequência imagens para comprovação;</p>	
--	--	--	--	--

			<p>125 e) Ampliação de Bolsas e Fomento para a Coordenação de Projetos de Extensão:</p> <p>Reconhecendo o papel crucial dos coordenadores de projetos de extensão, sugerimos a criação de bolsas específicas para esses profissionais. Isso incentivaria a participação ativa da comunidade escolar na promoção de práticas de extensão. Além disso, recursos adicionais de fomento para a execução dos projetos seriam igualmente benéficos, permitindo a realização de atividades mais abrangentes e impactantes.</p> <p>126 f) Essas propostas têm o objetivo de tornar a extensão nas instituições de ensino mais eficiente, acessível e orientada para resultados concretos. O sindicato, ao advogar por essas medidas, pode desempenhar um papel fundamental na melhoria do cenário da extensão educacional no Brasil, promovendo uma maior interação entre as instituições e suas comunidades locais, ao mesmo tempo em que fortalece a colaboração entre os envolvidos.</p>	
<b>Texto 5: Educação inclusiva e Diversidade</b>		Acréscimo no final do texto	<p>35. Promovendo a Equidade e a Inclusão: Propostas Concretas para Ações Afirmativas em Instituições de Ensino</p> <p>36. Como mencionado anteriormente, reconhecemos a importância de traduzir nossas aspirações em ações concretas para promover a equidade e a inclusão de grupos minoritários nas instituições de ensino. Propomos que o sindicato atue como um agente de mudança, reivindicando políticas públicas junto a órgãos como o CONIF, SETEC e reitorias, com foco na</p>	É necessário pensarmos coletivamente em propostas concretas para alcançarmos uma verdadeira consolidação da extensão na rede.

		<p>permanência e no sucesso desses grupos minoritários. Além disso, propomos a implementação de legislações que permitam ações afirmativas após a entrada no serviço público. Abaixo, apresentamos propostas pragmáticas para alcançar esses objetivos:</p> <p>37. a). Ações Afirmativas nos Programas de Pós-Graduação:</p> <p>É essencial que os programas de pós-graduação promovam a inclusão social por meio de ações afirmativas. Isso pode ser alcançado por meio de cotas e políticas de incentivo que facilitem o acesso de grupos minoritários a programas de pós-graduação. Além disso, é importante criar um ambiente inclusivo que apoie o desenvolvimento acadêmico desses estudantes, proporcionando-lhes recursos e orientação adequados.</p> <p>38. b) Reservas de Vagas em Projetos de Pesquisa, Ensino e Extensão:</p> <p>Para garantir uma maior participação de grupos minoritários em projetos de pesquisa, ensino e extensão, é sugerido estabelecer reservas de vagas especificamente destinadas a esses estudantes. Isso não apenas promoverá a equidade, mas também enriquecerá a diversidade de perspectivas nos projetos, enriquecendo a qualidade das iniciativas.</p> <p>39. c) Aceleração e Acompanhamento de Estudantes com Superdotação:</p> <p>Reconhecemos a importância de apoiar estudantes</p>	
--	--	--	--

		<p>com superdotação e promover a aceleração de seus estudos. O sindicato pode pleitear programas de aceleração acadêmica, oferecendo recursos adicionais, mentorias e acompanhamento personalizado para atender às necessidades desses estudantes. Isso permitirá que eles alcancem todo o seu potencial acadêmico.</p> <p>40. d) Garantia de acessibilidade arquitetônica (rampas, elevadores, banheiros etc); comunicação acessível (intérpretes de LIBRAS, materiais didáticos acessíveis, sistemas de comunicação alternativa); tecnologia assistiva (leitores de tela, softwares de reconhecimento de voz, teclados adaptados etc); mobiliário e espaço físico adequados; capacitação de servidores; acessibilidade digital (sites e plataformas de ensino seguindo diretrizes de acessibilidade na web), para todos os níveis de ensino, desde o ensino fundamental até a pós-graduação</p> <p>41. Além dessas ações, é fundamental buscar a implementação de legislações que permitam ações afirmativas após a entrada no serviço público, garantindo que grupos minoritários tenham oportunidades iguais de progresso e ascensão profissional, como reserva de vagas nos editais internos de capacitação e/ou afastamento.</p> <p>42. Essas propostas têm o objetivo de transformar nossas aspirações em realidades tangíveis. Ao reivindicar políticas públicas e implementar ações afirmativas, o sindicato pode desempenhar um papel significativo na construção de instituições de ensino mais inclusivas, onde a diversidade é valorizada e</p>	
--	--	--	--

			todos os estudantes têm igualdade de oportunidades para alcançar o sucesso acadêmico e profissional.	
<b>Texto 4: Gestão Democrática</b>	<b>5. A burguesia local</b> temendo perder seus privilégios e regalias impõe ao seu governo (Temer/MDB) serviçal uma agenda de supressão dos direitos da classe trabalhadora que podemos demonstrar através da aprovação da Emenda Constitucional 95/2016 que, entre outras questões, limita durante vinte (20) anos os gastos em políticas sociais.	Substituição	<b>5. As elites,</b> temendo temendo perder seus privilégios e regalias impõem(...)	Nos moldes em que se apresenta a organização do capitalismo global, ainda cabe falar em burguesia local? A derrubada de Dilma não teria sido pela retirada das garantias da remuneração do capital especulativo, sem a definição de um outro mecanismo que atendesse os anseios do sistema financeiro? Isso fica evidente na política do atual governo, que substituiu o teto de gastos pelo arcabouço fiscal(garantia do pagamento dos títulos da dívida

				<p>pública negociados no sistema financeiro) . Lembremos que Dilma tentou acabar com o teto de gastos e ainda reduziu a taxa Celic, colocando em pane os especuladores financeiros - que não são somente nacionais, pois o capital financeiro não tem mais nacionalidade. O Brasil se desindustrializou e as poucas empresas nacionais que sobraram têm seus rendimentos advindos mais da compra e venda de ações na bolsa, do que na exploração da mais-valia no seu produtos.</p>
--	--	--	--	---

				Portanto cremos que esta afirmação não caberia mais. Além disso, esta ruptura se dá num contexto diferente de 1964.
<b>Texto 1 - Ensino Médio Integrado</b>		Acréscimo ao parágrafo 39.	<p>39.1 - Fortalecimento da Carreira no Ensino Médio Integrado: Ampliando Acesso ao Mestrado e Doutorado.</p> <p>39.1.1. A educação é um pilar fundamental para o desenvolvimento de qualquer sociedade. No entanto, é crucial não apenas focar no ensino de base, mas também na capacitação e valorização dos profissionais que aprimoram a qualidade desse ensino. No Brasil, muitos servidores da educação não conseguem acessar programas de mestrado e doutorado, o que acaba por impedir sua ascensão na carreira. Este problema não apenas afeta o desenvolvimento individual desses servidores, mas também impacta a qualidade do ensino oferecido aos alunos. Estes tópicos propõem uma ideia para fortalecer a carreira no Ensino Médio Integrado, focando na ampliação do acesso a programas de mestrado e doutorado e na qualificação profissional dos servidores.</p> <p>39.1.2 .Ampliação de Programas MINTER e DINTER: Uma maneira de resolver o problema da falta de acesso a mestrado e doutorado é buscar junto à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) a ampliação dos programas MINTER</p>	É necessário pensarmos nos desdobramentos que seriam precisos para efetivar o fortalecimento real do Ensino Médio Integrado. A base entendeu que esta proposta seria mais completa se contemplasse mudanças na educação brasileira como um todo, desde a educação básica.

			<p>(Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) e DINTER (Doutorado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica). Esses programas têm como objetivo capacitar os profissionais da educação para atuarem em instituições de ensino técnico e tecnológico.</p> <p>39.1.3 .A SETEC pode ser um órgão fundamental para apoiar essa expansão, promovendo parcerias com instituições de ensino superior, facilitando a criação de novos polos de mestrado e doutorado profissionais e disponibilizando recursos para bolsas de estudo, tornando esses programas mais acessíveis a um número maior de servidores.</p> <p>39.2 Ampliação da Pós EPT para Outros Campi: Outra estratégia para fortalecer a carreira dos servidores é a ampliação da oferta de cursos de pós-graduação voltados para a Educação Profissional e Tecnológica (Pós EPT) em diferentes campi. Isso pode ser feito por meio da criação de novos cursos de pós-graduação e parcerias com instituições de ensino superior que ofereçam programas compatíveis com a formação dos servidores.</p> <p>39.2.1 A ampliação da Pós EPT para outros campi visa atender servidores que não têm acesso facilitado a polos de ensino superior, tornando a qualificação profissional mais acessível em todo o país.</p> <p>39.2.2 Estabelecimento de Metas de Qualificação: Para garantir que o fortalecimento da carreira seja eficaz, é importante estabelecer metas de qualificação para os servidores. Isso implica em criar um plano estratégico que estabeleça prazos para que todos os servidores tenham, no mínimo, um mestrado. Essas metas devem ser acompanhadas de políticas de incentivo, como bolsas de estudo, licenças</p>	
--	--	--	--	--

			<p>remuneradas para estudo e reconhecimento da formação acadêmica na progressão da carreira.</p> <p>39.2.3 O fortalecimento da carreira no Ensino Médio Integrado passa necessariamente pela ampliação do acesso a programas de mestrado e doutorado, bem como pela valorização da formação profissional. Buscar a parceria da SETEC, expandir os programas MINTER e DINTER, ampliar a Pós EPT para outros campi e estabelecer metas de qualificação são estratégias eficazes para alcançar esse objetivo. Essas ações não apenas beneficiarão os servidores, mas também contribuirão para a melhoria da qualidade do ensino técnico e tecnológico oferecido aos alunos, promovendo o desenvolvimento educacional e econômico do país.</p>	
<b>Texto 1 - Ensino Médio Integrado</b>		Acréscimo ao final do texto	<p>48. PROPOSTA DE DEBATE DENTRO DA AMPLIAÇÃO DESTE ENSINO MÉDIO: Federalizar o Ensino Médio. Tirar das mãos dos estados a educação. De acordo com o FNDE, desde o início do ano, o valor repassado para a educação básica aos estados, no âmbito do Fundeb, foi de R\$ 193,8 bilhões. Os números são imensuráveis e a educação é um dos grandes desvios de corrupção. Em uma pesquisa básica, a Educação a nível estadual em muitos casos carece de qualidade e não é por falta de recurso, é gestão e algo precisa ser feito.</p> <p>49. FEDERALIZAR JÁ: Reformulando a Estrutura da Educação no Brasil : A qualidade da educação no Brasil é uma preocupação constante, e a estrutura atual, com um sistema altamente descentralizado, tem apresentado desafios significativos. Muitos</p>	

		<p>especialistas defendem a federalização da educação como uma medida para melhorar a equidade e a qualidade do ensino em todo o país. É preciso pensar na importância da federalização e como uma reestruturação da educação pode contribuir para um sistema de ensino mais eficaz e inclusivo. Pensar em um ensino médio Integrado forte perpassa a necessidade de pensar uma educação estruturada de maneira diferente ao que temos hoje.</p> <p>50. I. Educação Infantil - A CARGO DOS MUNICÍPIOS - A educação infantil é o alicerce do desenvolvimento das crianças. Atualmente, a responsabilidade por essa etapa recai quase que totalmente sobre os municípios, com apenas algumas exceções a cargo da rede federal. No entanto, é importante observar que: Dados mostram que o acesso e a qualidade da educação infantil variam significativamente de município para município. O fortalecimento da emancipação permite a padronização de diretrizes pedagógicas, garantindo que todas as crianças tenham acesso a uma educação de qualidade. Temos situações extremamente positivas da Educação Infantil a cargo da rede federal, como o Colégio Pedro II e colégios de aplicação.</p> <p>51. II. Ensino Fundamental - DOS SETE AOS 12 ANOS : O ensino fundamental hoje está majoritariamente a cargo dos municípios. Sua duração poderia ser do 1º ao 6º ano, uma vez que os resultados educacionais demonstram que: Seria positivo ter apenas um Ensino Fundamental, com uma única etapa a cargo dos municípios (ao invés da divisão entre Fundamental I e II), e cuja matriz</p>	
--	--	---	--

			<p>curricular tivesse ênfase no português, matemática, língua estrangeira, artes e educação física.</p> <p>52. III. Ensino Médio Integrado Federalizado -DOS TREZE AOS 17 ANOS : O ensino médio integrado, dentro desta proposta, teria a duração de cinco anos, pois é uma etapa crucial na formação dos estudantes. Atualmente, as instituições responsáveis variam, e entende-se que a federalização de todo Ensino Médio poderia trazer benefícios notáveis:</p> <p>Dados revelam que o desempenho dos alunos no ensino médio é heterogêneo, o que pode afetar suas perspectivas futuras.</p> <p>Sob a coordenação dos Institutos Federais, o ensino médio integrado pode proporcionar uma combinação eficaz de disciplinas técnicas e propedêuticas para melhor preparar os alunos para o mercado de trabalho ou a continuação dos estudos.</p> <p>53. IV. Benefícios da Federalização. A federalização traz consigo vários benefícios:</p> <p>Equidade Educacional: Com padrões nacionais, todos os estudantes teriam igualdade de oportunidades, independentemente de sua localização geográfica.</p> <p>Melhoria da Qualidade: Ao padronizar diretrizes e currículos, a qualidade do ensino pode ser aumentada em todo o país.</p> <p>Melhor Planejamento e Recursos: A coordenação federal pode permitir uma alocação mais eficaz de recursos e uma melhor gestão das políticas educacionais.</p> <p>54. Federalizar para Fortalecer: A federalização do ensino médio integrado no Brasil é uma medida necessária para enfrentar as desigualdades educacionais. Com base nos dados que demonstram as disparidades existentes, essa reestruturação é</p>	
--	--	--	--	--

			<p>fundamental para melhorar a qualidade e a equidade do ensino em todo o país.</p> <p>55. A coordenação da União, em parceria com os Institutos Federais, pode criar um sistema educacional mais eficaz e preparar nossos estudantes para um futuro mais promissor. Portanto, a federalização deve ser uma prioridade na busca por um sistema educacional mais forte e inclusivo no Brasil e isso é o fortalecimento do Ensino Médio Integrado.</p>	
--	--	--	--	--

MODELO DE DOCUMENTO A SER ENVIADO COM A CONTRIBUIÇÃO DAS BASES  
PARA O CADERNO DE TEXTOS DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS E CULTURAIS

Título e número do texto e número do parágrafo	Texto original (copiar do caderno)	Indicar se é acréscimo, alteração ou supressão	Proposta da seção	Breve justificativa
Texto 6, Financiamento, parágrafo 54	<b>54. Propostas</b> I. Revogação imediata de qualquer tipo de teto de gastos (como o “arcabouço fiscal”) que inclua direitos básicos como saúde e educação;...	Acréscimo	“54. Propostas [...] X Defesa da suspensão do pagamento dos serviços da dívida pública e a sua auditoria	A discussão de mais verbas públicas para a educação pública é atravessada, como todas as demais políticas sociais, pela disputa na utilização dos recursos pelas classes sociais
Texto 6, Financiamento, parágrafo 54	<b>54. Propostas</b> I. Revogação imediata de qualquer tipo de teto de gastos (como o “arcabouço fiscal”) que inclua direitos básicos como saúde e educação;...	Exclusão	“54. Propostas I. Revogação imediata de qualquer tipo de teto de gastos (como o “arcabouço fiscal”);...	O debate sobre limitação de direitos não pode estar vinculado somente à educação e à saúde, mas a todos os direitos sociais.
Texto 6, Financiamento, parágrafo 54	57, Por isso, não resta outra alternativa a nossa categoria...	Acréscimo	Novo parágrafo na sequência: Enquanto tivermos os interesses da fração rentista da burguesia nacional e internacional ditando, através de seus representantes dentro e fora	Segue o sentido de conscientizar os movimentos sociais pela necessidade de lutar por uma outra lógica de se pensar a forma e os meios para o desenvolvimento de nossa sociedade.

			<p>da estrutura estatal, a destinação dos recursos orçamentários da nação, a criação de novos mecanismos, como fundos especiais, vinculações constitucionais e demais estratégias legais serão continuamente questionadas, desvirtuadas e eliminadas. Precisamos nos somar as lutas sociais, não só contra o Arcabouço Fiscal, ou qualquer outra legislação de controle orçamentário das políticas públicas, como também, pela auditoria da dívida pública, pelo imposto sobre grandes fortunas, o controle da remessa dos lucros das empresas e pelas reestatizações de todas as empresas privatizadas, com destaque imediato da</p>	
--	--	--	---	--

			ELETROBRÁ S e da PETROBRÁS.	
Texto 1 – Ensino Médio Integrado. Parágrafo 17.	Parágrafo 34: Estruturar o trabalho da Assistência Estudantil nas Instituições pelo menos, por meio de Diretorias e/ou Departamento nas reitorias - CD4 ou 3...	Acréscimo de novo parágrafo	No que se refere às PNAES, propomos a elevação do teto mínimo de prioridade para auxílios de caráter socioeconômico de um salário mínimo e meio <i>per capita</i> para dois salários mínimos <i>per capita</i> com perspectiva de reavaliação posterior deste patamar.	Consequência do avanço das políticas neoliberais combinada a desindustrializ ação e da reprimarização da economia brasileira, deve-se não só se lutar contra toda a legislação que ataca aos interesses da classe trabalhadora e demais setores explorados e oprimidos, mas, também lutar pela construção de políticas que avancem em defesa da vida e de condições dignas.
Texto 1. Parágrafo 17.	Parágrafo 17: [...] Pelo contrário, as taxas de aprovação em processos seletivos (SISU) ou exames internacionais (PISA), mesmo com todas as necessárias	Supressão	Pelo contrário, as taxas de aprovação em processos seletivos (SISU), mesmo com todas as necessárias críticas, demonstram que o fato de	Os exames internacionais como o PISA são uma forma de padronização internacional para as avaliações de larga escala relacionadas às políticas neoliberais. Por isso, não

	<p>críticas, sobretudo a esses últimos, demonstram que o fato de desenvolver os conhecimentos vinculados aos processos produtivos e a consequente vinculação entre teoria e prática, disciplinas mais gerais e outras mais específicas da habilitação, tem propiciado excelentes resultados tanto para a sequência de estudos no nível de ensino superior, quanto no ingresso no mundo do trabalho.</p>		<p>desenvolver os conhecimentos vinculados aos processos produtivos e a consequente vinculação entre teoria e prática, disciplinas mais gerais e outras mais específicas da habilitação, tem propiciado excelentes resultados tanto para a sequência de estudos no nível de ensino superior, quanto no ingresso no mundo do trabalho.</p>	<p>devem ser parâmetros de qualidade para um documento sindical que pretende construir políticas educacionais que sirvam à classe trabalhadora.</p>
--	---	--	---	---

**Destaques realizados pelo Grupo de Política Educacional do Sintietfal a serem apresentados no GT que ocorrerá no 35° Consinasefe**

<b>Texto</b>	<b>Supressão</b>	<b>Inclusão</b>	<b>Alteração</b>	<b>Justificativa</b>
<b>1. Ensino Médio Integrado</b>	Supressão do parágrafo 18.		Sugestão de colocá-lo como nota de rodapé	Entendemos que esse parágrafo interrompe a continuidade do texto.
	Nota de rodapé 2, página 17			Entendemos que o debate já está bastante claro no corpo do texto.
	Parágrafo 44 – Suprimir trecho: “Visto que nossa burguesia nacional não ter marcos civilizatórios de uma revolução burguesa”			Não tem como desenvolver esse debate e assim, sem mediação, faz parecer que onde houve revolução burguesa há marcos civilizatórios e aqui não. Bastante complexa essa discussão e bem eurocentrada.
		Nota de rodapé para esclarecimento da dualidade estrutural da educação do capitalismo brasileiro – parágrafo 2 e depois parágrafo 42.		Cita o termo, mas não explica de maneira mais clara essa dualidade que vai aparecendo, inclusive como categoria.
		Inclusão no parágrafo 13 de uma relação entre trabalho como		Não temos uma sugestão, mas achamos que uma conexão, uma ponte

		<p>princípio educativo e escola básica. (Uma conexão – Passagem)</p>		<p>precisa ser realizada, visto que há um aparente salto entre uma coisa e outra.</p>
		<p>Parágrafo 17, apontar dados daquilo que se afirma:</p> <p>Adilson Cesar Araújo e Cláudio Nei Nascimento da Silva do IFB assim esclarecem: “Cabe destacar que, ao longo da última década, as condições objetivas de trabalho e de financiamento, para o Ensino Médio Integrado da Rede Federal funcionar, foram oferecidas. Isso permitiu transformá-lo em uma referência de educação de qualidade para uma parcela da população. Os últimos resultados, apresentados pela Rede Federal, nos exames do PISA, mostraram a situação privilegiada da Rede. No PISA de 2015, na área de Ciências, a Rede Federal obteve desempenho de 517 pontos, o que foi superior aos obtidos</p>		<p>Em nosso debate, vimos que Dante Moura tem material sobre isso. No entanto, numa pesquisa rápida não encontramos. Mas encontramos em outros textos e achamos que citá-lo pode ser importante.</p>

		<p>pelos países membros da OCDE (493 pontos); e muito acima do que foi conseguido pela rede privada de ensino (487 pontos) e pela rede estadual (394 pontos)” (Conforme os autores, Informação disponível em:&lt;<a href="http://g1.globo.com/educacao/noticia/brasil-cai-em-ranking-mundial-de-educacao-em-ciencias-leitura-e-matematica.ghtml">http://g1.globo.com/educacao/noticia/brasil-cai-em-ranking-mundial-de-educacao-em-ciencias-leitura-e-matematica.ghtml</a>&gt;. Acesso em: agosto. 2017).</p> <p>Referência: INTRODUÇÃO- ENSINO MÉDIO INTEGRADO: UMA FORMAÇÃO HUMANA, PARA UMA SOCIEDADE MAIS HUMANA. In: Ensino médio integrado no Brasil: fundamentos, práticas e desafios / Adilson Cesar Araújo e Cláudio Nei Nascimento da Silva (orgs.) – Brasília: Ed. IFB, 2017. 569 p.</p>		
		<p>Incluir parágrafo no eixo da cultura no item II. Alexis Leontiev</p> <p>Logo após o parágrafo 26, pode-</p>		<p>O autor russo, embora devido ao contexto em que escreve, consegue qualificar em seu texto a relação entre Trabalho,</p>

		<p>se incluir ou ao menos citar o autor:</p> <p>“Pela sua atividade, os homens não fazem senão adaptar-se à natureza. Eles modificam-na na função do desenvolvimento de suas necessidades. Criam objetos que devem satisfazer às suas necessidades e igualmente os meios de produção destes objetos, dos instrumentos às máquinas mais complexas. Constróem habitações, produzem as suas roupas e os bens materiais. Os progressos realizados na produção de bens materiais são acompanhados pelo desenvolvimento da cultura dos homens; o seu conhecimento do mundo circundante deles mesmo enriquece-se, devolvem-se a ciência e arte” (Alexis Leontiev, 2004, p.283)</p> <p>LEONTIEV, Alexis. O homem e a cultura. In.: O desenvolvimento do psiquismo. 2ed. São Paulo: Centauro, 2004.</p>		<p>Cultura e educação. Nesse sentido, a nossa sugestão é muito mais pela importância de citar o autor como referência no tema.</p>
--	--	--	--	--

			<p>Parágrafo 7 –</p> <p>Reescrever:</p> <p>“O que define a singularidade da espécie humana é a capacidade de planejar o trabalho a partir da necessidade de transformar a natureza para a garantia de sua sobrevivência. Pela complexidade dessa atividade, tem sua cultura transformada.”</p>	<p>A ideia era melhor o fluxo de leitura do texto.</p>
			<p>Parágrafo 8 -</p> <p>Sugestão de reescrita:</p> <p>[...] É a partir da divisão da sociedade em classes que ocorrerá essa separação entre trabalho e educação</p>	<p>Melhorar fluxo de leitura do texto.</p>
			<p>Parágrafo 9 –</p> <p>sugestão de reescrita:</p> <p>Sob o capitalismo, esse contexto produziu formas limitadas de se inserir o trabalho na</p>	<p>Esse parágrafo, a nosso entender não está claro. Propomos uma redação nova, mas ainda estamos na dúvida se o sentido que queria ser dado ao mesmo, é o que nós</p>

			<p>instituição escolar, impondo modelos fragmentados de escola. Segundo Pistrak (2018) uma inserção mais ampla deve partir considerando dois pilares fundamentais: de um lado, o trabalho socialmente útil, como processo de transformação e produção de bens que satisfazem necessidades em um dado momento histórico; por outro, sua relação com a atualidade social. Nesse sentido, a escola torna-se um espaço que objetiva transformar sócio, cultural e politicamente os sujeitos nela inseridos.</p>	compreendemos.
			<p>Parágrafo 21 – deixar mais claro o caráter contraditório da formação.</p> <p>“Nesse sentido,</p>	Melhorar o fluxo de compreensão do texto.

			tal contradição apontada por Frigotto, é reforçada por José Rodrigues (1998), em que aponta que a polivalência exigida atualmente para maior exploração da classe trabalhadora, pode abrir possibilidades para a construção da politecnia nas escolas:”	
			Parágrafo 32, mudar “estatal” para estrutura social.	Aqui nesse trecho tem uma questão de compreensão sobre mudar a estrutura do Estado. Embora compreenda a afirmação, penso ser complexa e sem mediações o debate sobre o simples fato de mudar para as mãos dos trabalhadores, isso operar uma mudança na estrutura estatal, visto que essa em sua gênese e função tem objetivos que lhe são próprios.
			Parágrafo 38 – Melhorar a redação. Não ficou claro de	Também não propomos alternativa de texto, visto que

			que hegemonia está se tratando. Acrescentar (Inclusão)	não tivemos clareza sobre o que se trata especificamente a questão da hegemonia citada.
			Parágrafo 44 – Sugestão de reescrita  Defender o Ensino Médio Integrado é possibilitar a construção de um país soberano pelas mãos de trabalhadores e trabalhadoras	Melhorar o fluxo de compreensão do texto.

Texto	Supressão	Inclusão	Alteração	Justificativa
<b>2. Formação inicial e continuada de servidoras/es da EPT</b>		É preciso inserir a totalidade dos servidores no debate da formação inicial e continuada.  Uniformizar a linguagem considerando o gênero feminino.		

<b>Texto</b>	<b>Supressão</b>	<b>Inclusão</b>	<b>Alteração</b>	<b>Justificativa</b>
3. Educação de Jovens e Adultos		<p>Incluir um parágrafo sobre a relação entre EJA e o Ensino Médio Integrado.</p> <p>sugestão de completar o parágrafo 15: (...), portanto, é necessário garantir o fortalecimento do Currículo Integrado, nessa modalidade, nos Institutos federais, para possibilitar a esses estudantes as condições de uma formação mais ampla de modo que possam seguir na verticalização de sua formação.</p>		

<b>Texto</b>	<b>Supressão</b>	<b>Inclusão</b>	<b>Alteração</b>	<b>Justificativa</b>
<b>4. Gestão democrática</b>				
		Aprofundar o debate sobre a gestão democrática nos campi.		

<b>Texto</b>	<b>Supressão</b>	<b>Inclusão</b>	<b>Alteração</b>	<b>Justificativa</b>
<b>5. A extensão na consolidação da identidade da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica</b>		Uniformizar a linguagem considerando o gênero feminino.		

<b>Texto</b>	<b>Supressão</b>	<b>Inclusão</b>	<b>Alteração</b>	<b>Justificativa</b>
<b>6. Financiamento</b>		Parágrafo 54:  Item VIII Universalização do modelo de educação profissional, cumprindo sua prioridade na educação básica, tendo com referência o Ensino Médio Integrado.		

Texto	Supressão	Inclusão	Alteração	Justificativa
<p><b>7. Política de Assistência Estudantil</b></p>		<p>parágrafo 15</p> <p>Acrescentar o texto “resultantes de debates e lutas fomentadas entre as/os profissionais da assistência”, após “[...] normativas institucionais[...]”</p>		<p>Enfatizar o engajamento da categoria nos avanços alcançados</p>
		<p>parágrafo 15</p> <p>Acrescentar o IF de Alagoas como bons exemplos e colocar IFAL (2017) na nota de Rodapé.</p>		<p>É importante ressaltar os avanços na política da AE de Instituições que se localizam em regiões mais periféricas do país. No caso do IFAL, o documento é um dos mais avançados do país e foi um dos Institutos pioneiros na normatização dessa política com descrição detalhada da atuação de cada profissional. Além da descrição da atuação de cada profissional da equipe em diferentes programas, há a descrição de programas que devem ser trabalhados em conjunto e que envolvem temáticas importantes para a sociedade, como a questão de gênero, de raça e de sexualidade.</p>

		<p>parágrafo 21</p> <p>Acrescentar  “sendo esse um tema que precisa ser problematizado, considerando a importância de buscar políticas para contribuir com o afastamento dos TAEs para qualificação, mas também atentar para os interesses de privatização do serviço público que pode estar envolto nesse debate” após “[...] períodos de afastamento por saúde, licença à capacitação entre outros”</p>		<p>Incluir no debate a relevância de se pensar em uma política de TAE substituto de maneira similar a política para contratação de docente substituto</p>
		<p>parágrafo 21</p> <p>Acrescentar ao fim do parágrafo  “Também reiteramos a necessidade que todos os campi e reitorias tenham, ao menos, a equipe profissional básica, conforme sugerido no GT-AE/2011, e que tenham profissionais suficientes para atender a todos os turnos de funcionamento e à quantidade de estudantes dos</p>		<p>Considerar a dificuldade vivida pelos profissionais da AE que, diante da quantidade reduzida de profissionais na equipe, assumem uma sobrecarga de trabalho muito grande. Também é importante considerar que a ampliação do funcionamento dos campi para outros turnos não tem sido acompanhada do ingresso de mais servidores na AE.</p>

		campi”.		
		<p>parágrafo 26</p> <p>Acrescentar  “Também  garantir a  desvinculação  entre o direito ao  auxílio e o  desempenho  acadêmico  das/os  estudantes” após  “Ofícios n 21 e  42 da SETEC  (2001)”</p>		<p>Reafirmar a  necessidade de  considerar o auxílio  como um direito  vinculado as  necessidades  socioeconômicas  do alunado e  evidenciar o  entendimento de  que os fatores  socioeconomicos  podem ser  decisivos no  desempenho  acadêmico.</p>
			<p>Organizar  linguagem  inclusiva de  gênero</p>	

Texto	Supressão	Inclusão	Alteração	Justificativa
<p><b>8. Educação do Campo e Pedagogia da Alternância</b></p>		<p>Parágrafo 3</p> <p>Caracterizar mais profundamente quem eram os órfãos e pobres no século 19</p>		
		<p>Parágrafo 4</p> <p>Novamente, a classe trabalhadora não aparece caracterizada devidamente. Caberia aqui explicar como se configurava essa classe trabalhadora</p>		
	<p>Trecho do parágrafo 12 que indica que a política pública é revolucionária</p>			<p>Aqui pode ser uma questão de perspectiva, mas aponta política pública como revolucionária é reforçar a ideia que é possível revolucionar por meio delas. E disso, temos discordância.</p>
	<p>Parágrafo 14 aponta que a LDB de 1996 tem uma proposta omnilateral e educação libertária. Acho que deveríamos suprimir tbm</p>			<p>Entendemos o avanço da LDB, principalmente em termos de Instituto Federal, no entanto, são diversas as contradições, inclusive na sua implementação. Tais termos não deveria ser colocado para</p>

				<p>caracterizar tal política. Inclusive na citação do parágrafo 18, o texto entra em confronto consigo mesmo.</p>
		<p>No parágrafo 23 é citado muito por cima, o papel dos movimentos sociais. É preciso acrescentar elementos da importância deles no debate</p>		<p>Nós não temos acúmulo sobre educação do campo e pedagogia de alternância, portanto isso torna mais difícil a contribuição em forma textual.</p> <p>Mas a saber, a educação no campo é uma luta do próprio MST, da luta camponesa por acesso a educação.</p> <p>Inclusive, o próprio PRONERA (Programa nacional de educação no campo, 1998), produto de uma luta dos movimentos sindicais encabeçados por trabalhadores rurais, sequer é citado e fica somente a cargo do governo e do MEC as considerações sobre esse tipo de educação.</p>

		No parágrafo 24 a agroecologia é citada, mas tbm muito superficialmente		É preciso inserir os debates sobre agroecologia e mais uma vez, caracterizar a importância dos movimentos do campo nesse desenvolvimento.
		É preciso incluir um tópico sobre a Pedagogia de Alternância		A pedagogia, enquanto metodologia específica para educação no campo, é citada apenas em uma linha e nem sequer é desenvolvida. Inclusive deixar mais evidente se existe algum IF que adota tal metodologia. Devido a nossa falta de acúmulo sobre o tema, não podemos propor textos para serem inseridos.

Texto	Supressão	Inclusão	Alteração	Justificativa
<p><b>9. Educação inclusiva e Diversidade</b></p>			<p>Reorganizar o capítulo, buscando fazer uma correlação entre os diferentes eixos de subordinação. Aqui não serão indicadas alterações específicas, pois é um problema em todo o texto.</p>	<p>O texto busca apresentar o debate sobre opressão racial, de gênero e de pessoas com deficiência, mas não faz correlação entre os diferentes eixos. No item II, se propõe a debater gênero, raça e corporeidade como materialidade de classe, mas debate apenas a questão da deficiência. O item III se propõe a debater inclusão e diversidade na rede federal e debate apenas sobre racismo e LGBT+fobia</p>
			<p>Reorganizar o texto com referenciais bibliográficos.</p>	<p>Não há referência bibliográfica no capítulo e alguns conceitos são utilizados sem a devida explicação e referência bibliográfica, como o termo “pedagogia da raiva”</p>
			<p>Organizar a coerência,</p>	

			concordância e erros gramaticais	
			Atentar para a centralidade sobre a mulher/mãe ao debater a dificuldade das/os responsáveis pelas crianças PCD/TAE	Manter a centralidade sobre a mulher ao debater os desafios para lidar com os cuidados das crianças PCD/TAE reforça a lógica da conciliação como um problema feminino.

<b>Texto</b>	<b>Supressão</b>	<b>Inclusão</b>	<b>Alteração</b>	<b>Justificativa</b>
<b>10. Expansão da RFEPECT</b>				Sem destaque

<b>Texto</b>	<b>Supressão</b>	<b>Inclusão</b>	<b>Alteração</b>	<b>Justificativa</b>
<b>11. Ensino nas instituições do Ministério da Defesa</b>				Sem destaque

Texto	Supressão	Inclusão	Alteração	Justificativa
<p><b>12. Acesso, Permanência e Êxito</b></p>	<p>Parágrafo 9: (...) como no caso  do IFSul, (...)</p>			<p>A Lei nº 12.711/2012, garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas 59 universidades federais e 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos.</p>
		<p><b>Incluir no parágrafo 17:</b></p> <p>Considerando a educação como um processo de formação para a vida em sociedade, sendo a forma institucionalizada, apesar de não ser a única, da humanidade ter acesso aos conhecimentos produzidos pela própria humanidade, esta deveria ser um direito inalienável e</p>		<p>É necessário ressaltar o papel do docente, quando se fala em permanência com êxito, dos estudantes nos institutos federais.</p>

		<p>portanto garantido à todos(as). Se acessar as instituições de ensino já é um desafio, permanecer estudando é um pouco mais complexo, uma vez que, atualmente, quando falamos de permanência estudantil é fundamental considerarmos tanto à falta de condições objetivas de permanência, tais como: garantia de alimentação, moradia, transporte, equipamentos, <b>um currículo denso (sugestão de inclusão)</b> e outros; assim como à falta de condições subjetivas, que aqui se referem as questões simbólicas, como: as mais diversas situações de opressão e discriminação que se reproduzem no ambiente</p>		
--	--	---	--	--

		<p>acadêmico/escolar que também inviabilizam a permanência dos(as) estudantes, acarretando por vezes, situações de sofrimento e adoecimento frente à falta de ações de enfrentamento <b>que vão desde o machismo, racismo, lgbtfobia, xenofobia, intolerância religiosa, à aplicação de metodologias desumanizantes</b>, entre outras expressões de violência e discriminação reproduzidos no ambiente acadêmico/escolar que se encontram arraigados em nossa sociedade.</p>		
	<p><b>Parágrafo 24:</b> <b>Supressão da palavra:</b> <i>democratizar</i></p>			Palavra repetida